

LEITURAS AFINS

- Brasil História — vol. 4 — A Era de Vargas — *A. Mendes Jr. / R. Maranhão (orgs.)*
- Os Democratas Autoritários — *João Almino*
- Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista — *Vany P. Borges*

Coleção Primeiros Passos

- O que é Poder — *Gérard Lebrun*
- O que é Política — *Wolfgang Leo Maar*
- O que é Revolução — *Florestan Fernandes*

Coleção Tudo é História

- O Governo J. Kubitschek — *R. Maranhão*
- O Populismo na América Latina — *Maria Lígia Prado*

Armando Boito Jr.

O GOLPE DE 1954: A BURGUESIA CONTRA O POPULISMO

1ª edição 1982

2ª edição

brasiliense
B
1984

Capa:

123 (antigo 27)
Artistas Gráficos

Ilustrações:

Joji Kusunoki

Revisão:

José W. S. Moraes



editora brasiliense s.a.

01223 — r. general jardim, 160
são paulo — brasil

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	7
<i>Crítica a algumas análises do golpe de 1954</i> ...	9
<i>O populismo, as classes sociais e o golpe de 1954</i>	21
<i>As frações burguesas, o imperialismo e a política econômica (1951-1953)</i>	39
<i>A classe operária desencadeia a crise do populismo</i>	57
<i>A burocracia de Estado radicaliza o populismo</i> .	76
<i>A burguesia e o imperialismo unem-se contra o populismo</i>	96
<i>Conclusão</i>	109
<i>Indicações para leitura</i>	115



Este ensaio foi escrito especialmente para a coleção *Tudo é História*. Nele, nós retomamos e reexaminamos o resultado de duas pesquisas historiográficas anteriores. A primeira delas, realizada quando preparávamos a nossa tese de mestrado (*O Populismo em Crise: 1953-1955*, UNICAMP, 1976), foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP. A segunda pesquisa, efetuada no arquivo de documentos do movimento operário existente no Instituto Maurice Thorez de Paris, foi possível graças à bolsa de estudo que obtivemos da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES.

INTRODUÇÃO

Nós iremos examinar, de maneira detalhada, uma crise da política populista.

Muitos autores consideram que o populismo não existe e, por isso, tentam analisar a história política recente de nosso país sem utilizar o conceito de populismo. Outros estudiosos reconhecem a existência do populismo, mas possuem uma concepção formalista desse fenômeno. Vêm no populismo uma prática política alheia à luta de classes, desprovida de conteúdo ideológico e conduzida por indivíduos carismáticos — Getúlio Vargas, Jânio Quadros etc.

Nosso estudo se contrapõe a esses dois tipos de análise. Partindo do trabalho de alguns autores que estabeleceram as bases para uma análise científica do populismo, nós examinaremos uma conjuntura histórica específica com o objetivo de acrescentar alguns elementos que contribuam para provar: 1) que é *impossível* analisar o bloco no poder e as crises

políticas do período 1930-1964 sem ter em conta o fenômeno do populismo; 2) que o populismo possui um caráter de classe e é resultado, não das características pessoais deste ou daquele dirigente político, mas, sim, de condições históricas particulares nas quais se desenvolve a luta de classes.

CRÍTICA A ALGUMAS ANÁLISES DO GOLPE DE 1954

Getúlio Vargas iniciou o seu último mandato presidencial em janeiro de 1951. Três anos e meio depois, em 24 de agosto de 1954, o ex-dirigente da Revolução de 1930 e ex-chefe da ditadura do Estado Novo foi deposto por um golpe de Estado. No mesmo dia 24 de agosto, ao invés de organizar a resistência aos golpistas, Getúlio Vargas suicidou-se. Foi uma capitulação sem luta. Seus ex-companheiros de governo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo qual Vargas elegera-se presidente, e o jornal *Última Hora*, porta-voz do governo Vargas junto à opinião pública, tampouco esboçaram qualquer reação ao golpe de Estado. Ao contrário, esforçaram-se, com bastante esmero, para conter o protesto popular que na forma de quebra-quebras, alastrara-se por todo o país contra o novo governo. No início de setembro

o governo Café Filho, constituído pelos golpistas, estava consolidado no poder.

1) A crise política desencadeada pela grande greve operária de março-abril de 1953 e o desfecho dessa crise, o golpe de Estado de agosto de 1954, constituem o objeto deste nosso estudo. Tentaremos responder um conjunto de perguntas inter-relacionadas: 1. quais interesses de classe e de fração o governo Vargas representava? 2. quais classes e frações de classe integram a oposição golpista? 3. com quais objetivos? 4. quem dirige a frente golpista? 5. como o golpe de Estado tornou-se possível?

Das cinco questões enumeradas acima, as três primeiras são as mais importantes. Vejamos, então, como a bibliografia existente responde a essas três questões. Isso permitirá confrontar a nossa proposta de análise do golpe de 1954 com as teses existentes sobre o tema.

2) Existe uma primeira tese sobre o caráter do governo Vargas e dos setores burgueses, representados pela União Democrática Nacional (UDN), que lhe faziam oposição, que se encontra praticamente esquecida hoje em dia. Trata-se da antiga tese defendida pelo Partido Comunista do Brasil até o final do ano de 1954, já que, no ano seguinte, os comunistas alteraram a sua antiga análise. Segundo a antiga tese dos comunistas, o governo Vargas seria “um instrumento servil dos imperialistas norte-americanos”, conforme afirmação de Diógenes Arruda, dirigente comunista, no jornal *Voz Operária* de 6 de março de 1954. Dessa ótica, a oposição burguesa e pró-impe-

rialista ao governo Vargas, capitaneada pela UDN e por amplos setores da oficialidade, era colocada no mesmo campo político do governo contra o qual ela lutava. Diferenciar-se-ia dele, apenas, pelo fato, irrelevante, de se constituir numa clique rival. Era o que assegurava o jornal *Notícias de Hoje*, um diário editado pelo Partido Comunista em São Paulo. Na sua edição de 12 de agosto de 1954, esse órgão comunista afirmava que a luta entre Vargas e a UDN era uma “luta entre dois bandos *perfeitamente idênticos*” que defendiam, ambos, “uma política de *submissão completa* aos monopólios norte-americanos e ao governo de Washington”.

Vargas = “instrumento servil do imperialismo”: essa tese poderá parecer, hoje em dia, quando a ideologia nacionalista já consolidou uma série de mitos sobre o governo Vargas, uma avaliação estapafúrdia e desprovida de qualquer fundamento. No entanto, não faltavam elementos que pareciam comprová-la. Vargas elaborou vários decretos-leis visando estimular a penetração do capital estrangeiro no parque industrial brasileiro, assinou o Acordo Militar Brasil—Estados Unidos, pelo qual o governo brasileiro obrigava-se a fornecer minerais atômicos às Forças Armadas norte-americanas, e cogitou, seriamente, de enviar tropas brasileiras para participarem, ao lado do imperialismo norte-americano, da guerra de agressão que esse empreendia na Coréia. O governo Vargas era, de fato, um governo subordinado aos interesses do imperialismo. Contudo, a análise dos comunistas era unilateral. Ela destacava essa

subordinação, mas omitia que, simultaneamente, o governo Vargas possuía, conforme teremos oportunidade de ver, contradições com o imperialismo e, especialmente, com o imperialismo norte-americano. O setor da burguesia brasileira cujos interesses identificavam-se plenamente com os interesses do imperialismo norte-americano era o setor que, desde a posse de Vargas, fazia oposição ao seu governo. O verdadeiro “instrumento servil” do imperialismo norte-americano estava representado pela oposição udenista e não pelo governo Vargas.

A análise unilateral do Partido Comunista evidencia todas as suas debilidades quando recordamos o empenho do imperialismo norte-americano para depor o governo Vargas. Como seria possível o governo e as empresas norte-americanas lutarem para derrubar o seu próprio “instrumento servil”? Mesmo confrontados com essa questão, os comunistas negaram-se a corrigir a tempo a sua análise, e foram levados a elaborar uma série de textos e de resoluções políticas inconsistentes. Algumas vezes, omitiam a contradição existente entre a caracterização que faziam do governo Vargas e o comportamento efetivo do imperialismo norte-americano. Outras vezes, os comunistas tentavam, de maneira muito pouco convincente, provar que não havia contradição entre a sua análise e a realidade da luta política. Foi o que procurou fazer o jornal *Notícias de Hoje* em 19 de agosto de 1954, apenas uma semana antes do golpe de Estado: “Agora, porém, o governo Vargas está desmoralizado, e Wall Street especula sobre a possi-

bilidade de substituir Vargas por outro Vargas, por um brigadeiro por exemplo (referência ao dirigente udenista Eduardo Gomes, ABJ)”. O problema é que a “Wall Street” não estava apenas “especulando”. Ela *participava ativamente* da luta pela deposição de Vargas. E, além disso, ao contrário do que sugere o texto citado, essa participação ativa data do início de 1953, e não de 5 de agosto de 1954 — dia do atentado contra o dirigente udenista Carlos Lacerda —, quando, como propõe esse texto, o governo Vargas teria se desmoralizado tornando-se, apenas então, inconveniente para o imperialismo norte-americano.

Localizada num outro extremo em relação à antiga tese dos comunistas, encontra-se a análise segundo a qual o governo Vargas possuiria um caráter antiimperialista. Pode-se afirmar que essa é, atualmente, a análise mais aceita pelos estudiosos. Esse tipo de análise aparece na tese, bastante difundida, segundo a qual o governo Vargas implementaria uma política econômica cujo objetivo seria propiciar um desenvolvimento capitalista autônomo do país. Dessa perspectiva, a oposição udenista representaria o setor pró-imperialista da burguesia, setor interessado numa industrialização associada ao (e dependente do) capital estrangeiro. Assim, o golpe de Estado de agosto de 1954 teria representado a vitória de um “projeto de desenvolvimento capitalista dependente” sobre o “projeto de desenvolvimento autônomo” de Vargas. Entre os autores que subscrevem essa tese, encontram-se Octávio Ianni e Francisco Weffort. Ianni, à página 149 do seu livro *Es-*

tado e Planejamento Econômico no Brasil, afirma que entre o governo Getúlio Vargas e o governo Kubitschek ocorreu: "(...) uma transição (...) de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional para uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente". Weffort tem a mesma avaliação: "(...) o sentido histórico fundamental de agosto de 1954 está em que dá início ao processo de desmoroamento (...) da política de desenvolvimento capitalista nacional." (*Sindicatos e Política*).

Vargas = "governo antiimperialista" (possuiria um "projeto de desenvolvimento autônomo"): teremos oportunidade, ao longo deste ensaio, de evidenciar as contradições e os equívocos nos quais incorre essa tese. Nesta introdução, apenas indicaremos ao leitor as linhas gerais das críticas que lhe endereçamos. No mais das vezes, a atribuição de um caráter antiimperialista à política de Vargas recorre, para se fundamentar, aos aspectos do governo Vargas que, efetivamente, chocavam-se com os interesses do imperialismo: Vargas avalizou (embora no início fosse contra) a instituição do monopólio estatal do petróleo e tentou controlar a remessa de lucros do capital imperialista investido no Brasil. Pelo que já dissemos anteriormente, quando indicamos a subordinação do governo Vargas ao imperialismo, fica claro, contudo, que esse segundo tipo de análise comete o erro inverso àquele cometido pela antiga tese dos comunistas. É-se, igualmente, unilateral, só que, agora, com os sinais trocados: destaca-se os aspectos da

política de Vargas que se chocavam com o imperialismo, mas omite-se a subordinação da orientação geral dessa política aos interesses do capital imperialista. Ao mesmo tempo que sanciona o monopólio estatal do petróleo, Vargas *esforça-se* para atrair o capital estrangeiro para os *setores de ponta* da indústria brasileira: foi ele quem iniciou, por exemplo, conversações com a Ford, a Volkswagen e a Chevrolet para que essas empresas instalassem uma indústria automobilística no Brasil. Quanto ao controle da remessa de lucros, é evidente que tal iniciativa configura uma tentativa de negociar com o imperialismo e, não, de romper com ele. Mas, esse segundo tipo de análise do governo Vargas comete dois outros equívocos importantes.

Em primeiro lugar, apresenta uma compreensão errônea dos conflitos existentes no interior da burguesia brasileira. O principal núcleo da burguesia industrial brasileira, longe de pleitear um suposto "projeto de desenvolvimento autônomo", procurava atrair o capital imperialista para os setores de ponta da indústria de transformação, como no caso da indústria automobilística citado acima. E, de outro lado, o setor burguês representado pela UDN não pleiteava nenhuma "política de industrialização dependente do capital estrangeiro". Ao contrário, ao longo dos anos 50, tanto a UDN quanto o imperialismo norte-americano *eram contra a política econômica de desenvolvimento industrial*, e era exatamente por isso que se opunham ao governo Vargas. Em segundo lugar, esse tipo de análise considera de

modo exclusivo, ou, em alguns casos, prioriza, as contradições existentes no interior das classes dominantes para explicar a crise política de 1953-1954 e a conseqüente deposição de Vargas. Ocorre que o “sentido histórico fundamental de agosto de 1954” não foi a vitória de uma fração burguesa sobre outra fração da classe dominante. Não há dúvida de que o golpe de agosto favoreceu, principalmente, uma das frações burguesas — precisamente, a fração *antiindustrialista*, que foi a força *dirigente* do golpe de Estado. Contudo, não é esse o aspecto fundamental do golpe de 1954. Seu aspecto fundamental foi o fato de o *conjunto da burguesia* ter-se unido, em bloco, para rechaçar a política de Vargas, por entender que ela se mostrava ineficaz para controlar o ascenso do movimento popular a partir da grande greve de março de 1953.

Existe uma terceira análise da deposição de Vargas que supera a unilateralidade das duas teses que criticamos anteriormente. Vargas não seria nem um “instrumento servil do imperialismo norte-americano”, nem o chefe de um governo “antiimperialista”. A política de Vargas representaria uma posição intermediária entre esses dois extremos: procuraria pressionar o imperialismo e negociar com ele. Seria um governo que poderíamos denominar nacional-reformista. Quanto à oposição burguesa representada pela UDN, esta sim seria o setor burguês completamente atrelado aos interesses do imperialismo norte-americano. É claro que essas colocações não esgotam o problema. Permanece em aberto a

caracterização precisa da natureza dos conflitos secundários entre o governo Vargas e o imperialismo. Porém, num nível mais geral, é evidente, por tudo o que já dissemos até aqui, que nossa análise filia-se a essa terceira perspectiva, mas, com uma diferença de fundo.

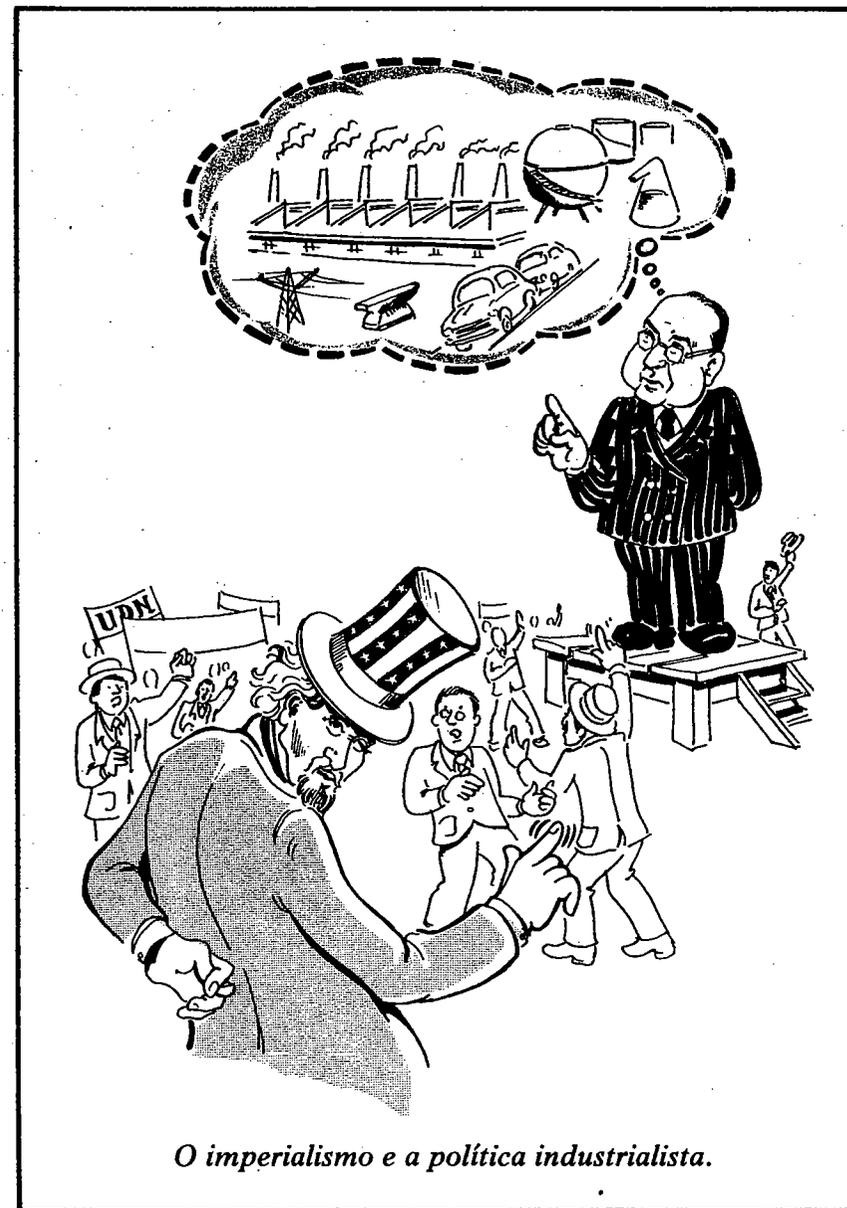
É que, no mais das vezes, os autores que apresentam essa caracterização, correta, do governo Vargas explicam-na recorrendo à idéia de que esse governo seria o representante da burguesia nacional — a fração industrial da burguesia brasileira não associada ao capital estrangeiro e portadora de conflitos limitados com o imperialismo. A relação contraditória — isto é, de unidade e de luta — da burguesia nacional com o imperialismo seria a razão do nacional-reformismo do governo Vargas. Já no ano de 1954, M. Mota, em artigo intitulado “De Vargas a Café Filho”, publicado na revista *Frente Operária* de dezembro daquele ano, defendia essa tese. Depois de caracterizar o governo Vargas como “o governo da burguesia nacional”, esse autor afirma: “Os setores mais conscientes da burguesia nacional compreendem que a sua classe está entre dois fogos: de um lado, precisa do apoio das massas para resistir ao imperialismo; de outro lado, precisa do apoio do imperialismo para combater as massas”.

Vargas = “o governo da burguesia nacional”: como explicar, então, a adesão da burguesia nacional à frente oposicionista dirigida pela UDN? Uma repentina ruptura dos laços entre representante (governo Vargas) e representado (burguesia nacional),

em decorrência da gravidade e da singularidade da crise política de 1953-1954? De modo algum, pois é visível que a burguesia industrial brasileira não detinha o controle da política de Estado durante o governo Vargas. Todo o problema reside aí: o governo Vargas não era o representante, *em sentido estrito*, da burguesia industrial nacional.

Sem dúvida alguma, a burguesia industrial nacional foi a principal beneficiária da política de desenvolvimento nacional-reformista implementada pelo governo Vargas. Porém, isso não é suficiente para caracterizá-lo como "o governo da burguesia nacional". Isto porque a definição dessa política de desenvolvimento não foi obra da burguesia nacional.

Quem define, em última instância, a política de desenvolvimento, isto é, a política econômica e a política social no decorrer do período 1930-1964 é a burocracia de Estado — as cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas. Essa tese encontra-se no centro da análise que fazemos do golpe de 1954. A relação da burocracia de Estado com a burguesia industrial nacional não é uma relação de representação no sentido pleno do termo, pois se a burocracia defende e implementa uma política industrialista, ela o faz à sua maneira, recorrendo a expedientes e propondo objetivos que não são aceitos pela burguesia industrial. Décio Saes, em seu trabalho *Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil*, avança a noção de representação *num sentido amplo* para caracterizar essa relação contraditória da burocracia de Estado com a burguesia industrial: uma forma de



O imperialismo e a política industrialista.

representação política burguesa na qual inexistente a identificação subjetiva do representado com o representante. A distinção entre representação política num sentido estrito e representação política num sentido amplo não é um preciosismo supérfluo. Não se pode ignorar, como o faz a tese "Vargas = o governo da burguesia nacional", a inexistência de identificação subjetiva entre a burguesia industrial nacional e a política da burocracia de Estado, pois foi exatamente a inexistência dessa identificação que acabou definindo os rumos da crise política de 1953-1954: ela explica o isolamento progressivo do governo Vargas e a ampliação da frente golpista. Foi ela que tornou o golpe possível.

3) Avancemos, agora, sinteticamente, as teses centrais da análise que efetuaremos da crise política de 1953-1954. No nosso entender, em primeiro lugar, a crise de 1953-1954 é uma crise da política populista e, em segundo lugar, o golpe de agosto é dado pelo *conjunto* das frações burguesas e pelo imperialismo contra a política populista. Essas duas teses não são originais. Os seus elementos fundamentais foram elaborados por Décio Saes, no trabalho que citamos acima. A nossa contribuição neste ensaio consistiu, apenas, em testar, empiricamente, a validade dessas teses e em desenvolvê-las de forma detalhada.

O POPULISMO, AS CLASSES SOCIAIS E O GOLPE DE 1954

O conceito de populismo refere-se a dois aspectos indissociáveis. De um lado, o populismo é uma ideologia política (uma determinada concepção de classe do Estado) e, de outro lado, o populismo é uma prática política. Nós podemos falar, então, em ideologia populista e em política populista.

Ao contrário do que afirma ou sugere a maioria dos autores, o populismo, no Brasil, não surge apenas em 1930 e nem desaparece com o golpe militar de 1964. A política e a ideologia populistas são, até o presente, uma realidade atuante na formação social brasileira. O que ocorre é que o período 1930-1964 é o único período da história do Brasil no qual a política populista afirma-se como elemento específico definidor da política de desenvolvimento do Estado

(burguês) brasileiro. Ou seja, nesse período vigoram os governos populistas/Neste ensaio, a nossa atenção estará voltada para o conteúdo essencial do populismo tal qual esse se apresenta entre 1930-1964, já que é nesse período que se insere o governo Vargas.

/ 1) Entre 1930 e 1964, a *política populista* é, no essencial, a política de industrialização capitalista dirigida pela *burocracia de Estado* (cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas), apoiada em amplos setores das *classes populares* (as classes trabalhadoras — proletariado, classe média assalariada e pequena burguesia proprietária — que, *enquanto classes exploradas*, encontram-se excluídas do poder de Estado) e que se encontra fora do controle das frações burguesas que integram o *bloco no poder* (conjunto heterogêneo de classes e frações exploradoras que, *enquanto tais*, exercem o poder de Estado)./

A posição peculiar da burocracia de Estado é o elemento decisivo para se caracterizar a política populista no decorrer do período 1930-1964 e para se compreender as crises, como a de 1953-1954, que essa política atravessou. A partir da Revolução de 1930, as cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas, ou, mais precisamente, os setores mais significativos dessas cúpulas agem como *força social distinta* (classe, fração de classe ou categoria social capaz de definir e de se organizar em torno de objetivos políticos específicos) que dirige a política de desenvolvimento industrial do Estado. A burocracia de Estado converte-se em *força social industrialista* em função da classe-apoio que ela organiza junto às

classes populares e devido às motivações específicas da cúpula da burocracia civil e militar, enquanto núcleo do corpo burocrático de um Estado burguês. Essa força social industrialista, assim constituída, *assume a direção* da política de industrialização capitalista em função da crise de hegemonia produzida pela Revolução de 1930 e superada, apenas, com o golpe militar de 1964.

/A burocracia de Estado utiliza, como matéria-prima da sua ação política, a revolta popular espontânea (sem orientação política definida) contra a política de desenvolvimento vigente até 1930 e, apoiada nessa revolta, imprime-lhe uma direção política favorável ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Assim, primeiramente, a pequena burguesia, ou, mais precisamente, como demonstrou Décio Saes, a baixa classe média assalariada (baixo funcionalismo público, bancários, comerciários etc.), e, posteriormente, inclusive, amplos setores do proletariado passam a funcionar como classe-apoio das cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas. Ou seja, esses setores das classes populares sentem-se, subjetivamente, representados na luta política pela ação da burocracia de Estado (daí a irrelevância do partido e o aparente personalismo do populismo), embora, objetivamente, essa burocracia encaminhe uma política que representa os *interesses políticos* da burguesia e que não contempla *nenhum interesse político* de qualquer uma das classes populares: o populismo é contrário à liberdade de organização sindical e partidária, não liquida o latifúndio, o imperialismo

e nem, evidentemente, a exploração do trabalho assalariado.

Nós não devemos concluir, contudo, que a base de massa da política populista fosse uma matéria completamente amorfa que a burocracia de Estado pudesse manipular ao seu bel-prazer. A burocracia de Estado, como força social dirigente da política populista, deve, para manter a sua base de massa, corresponder a algumas disposições ideológicas e a certas aspirações econômico-sociais de sua classe-apoio. Esse é um dos fatores que explicam o caráter necessariamente industrialista da política populista.

Para compreender esse ponto, devemos ter em mente o conteúdo da *ideologia populista*. Essa ideologia é o culto pequeno-burguês do Estado, concebido, miticamente, como uma entidade protetora das classes populares, como demonstrou Weffort em seu artigo pioneiro "Política de Massas". É essa ideologia, gerada pela baixa classe média assalariada e, posteriormente, exportada para amplos setores do proletariado, que predispõe as classes populares a funcionarem como classe-apoio da burocracia de Estado, colocando-se, voluntariamente, sob a tutela, ou melhor, sob o controle do Estado burguês. A revolta sem orientação política definida de uma classe intermediária como a baixa classe média assalariada revela a existência, no seio dessa classe, da expectativa de que um suposto poder autônomo — o Estado, segundo imagina o pequeno burguês — tome a iniciativa de *dirigi-la* na luta propriamente política, de *organizá-la* e de *defendê-la* frente às classes domi-

nantes, zelando pelo seu bem-estar social. Esse bem-estar social, concretamente, a baixa classe média o concebe da mesma forma que o faz a grande maioria dos trabalhadores urbanos de um país periférico, isto é, tomando como parâmetro as condições de vida usufruídas pelos trabalhadores dos países capitalistas centrais. Isso implica, como mostra Luiz Pereira em *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, que esse bem-estar social incluía o acesso ao consumo industrial moderno, acesso esse frustrado pelo baixo desenvolvimento do parque industrial brasileiro e pela política econômica antiindustrialista vigente até 1930.

A burocracia de Estado responde a essa expectativa da baixa classe média integrando-a no jogo político através do reconhecimento do seu direito à reivindicação, da institucionalização dos seus canais de participação (controlada) e da sua conversão em suporte da política de desenvolvimento do Estado. Concretamente, a burocracia de Estado desenvolve e sistematiza, apesar da resistência da burguesia, a legislação trabalhista, *liquida a liberdade de organização* ao oferecer à baixa classe média as entidades de massa oficiais (sindicatos, associações de bairro, entidades estudantis) para enquadrar a organização dos trabalhadores e promove, a despeito da debilidade política da burguesia industrial, uma política econômica industrialista. Ou seja, a burocracia de Estado faz algumas concessões *econômico-sociais* — férias remuneradas, aposentadoria etc. — que já se impunham devido à luta da classe operária e, ao mesmo tempo, estabelece o controle *político-organi-*

zativo sobre amplos setores do movimento de massa — sindicato de Estado e política de industrialização capitalista.

Quanto ao papel desempenhado pelas motivações específicas da burocracia de Estado na sua conversão em força social *industrialista*, devemos considerar dois aspectos, ambos relacionados com a função da burocracia civil e militar de representante dos interesses políticos mais gerais do capitalismo e da burguesia. De um lado, a burocracia de Estado, confrontada com as grandes crises político-militares do entre-guerras, passa a ver na industrialização capitalista do país a pré-condição da sobrevivência político-militar do Estado nacional. Nos termos da linguagem militar inaugurada no pós-30, a industrialização (capitalista) é definida como um requisito da “segurança nacional”. De outro lado, o industrialismo adquire a hegemonia no seio da burocracia de Estado em função, também, do fato de essa burocracia, a partir da crise econômica de 1929, estar preocupada em encontrar uma solução capitalista para a crise do capitalismo brasileiro. Ora, o chamado “estrangulamento externo” da economia brasileira, que aparecia no déficit estrutural do balanço de pagamentos, convertia a política de industrialização na alternativa burguesa mais eficaz para a superação daquela crise.

É claro, contudo, que a constituição das cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas, ou de seus principais setores, em força social *industrialista* não significa que essa força social, assim constituída,

possa *dirigir* a política de industrialização do Estado brasileiro. A média oficialidade do Exército, apoiada principalmente na classe média assalariada, agiu, através do movimento tenentista, como força social antioligárquica ao longo de toda a década de 1920, porém, nem por isso, logrou definir, ao longo dos anos 20, a política de desenvolvimento do Estado. A burocracia de Estado, constituída em força social *industrialista*, só logra obter a direção da política de desenvolvimento em razão da *crise de hegemonia política* que a Revolução de 1930 instaura no bloco no poder.

Ao longo da Primeira República (1889-1930), a grande burguesia comercial exportadora e importadora detém a *hegemonia política* no seio do bloco no poder. Vale dizer, essa fração burguesa logra definir e implementar, através do controle do aparelho de Estado, uma política de desenvolvimento (uma política econômica e uma política social) que atende, prioritariamente, aos seus interesses específicos de fração, relegando a um plano secundário os interesses específicos das demais frações e classes exploradoras que exercem o poder de Estado. A hegemonia política da burguesia comercial é destruída em 1930. A esse episódio não corresponde, contudo, a afirmação de uma nova fração burguesa hegemônica. A dependência da burguesia industrial frente ao imperialismo e à burguesia comercial impede-a de assumir a direção do Estado, embora a política de desenvolvimento do pós-30 fortaleça, progressivamente, a posição política da indústria no in-

terior do bloco no poder. A partir de 1930, o que se verifica é uma situação que perdurará até 1964, na qual a correlação política de forças entre as classes e frações dominantes *aproxima-se* de uma situação de equilíbrio. Nenhuma dessas classes e frações possui condições de definir, de acordo com os seus interesses específicos, a política de desenvolvimento. Nós dizemos, então, que se instaura uma crise de hegemonia no interior do bloco no poder. Nessas condições, a burocracia de Estado, apoiada em amplos setores das classes populares, pôde manobrar entre os interesses conflitantes das diversas frações burguesas, adquirindo, desse modo, a condição de definir, em última instância, a política de desenvolvimento do Estado./

2) Até aqui, ao caracterizarmos a política e a ideologia populistas no período 1930-1964, tratamos, mais detidamente, da relação do populismo com as classes populares. Resta, agora, caracterizar melhor as diferenciações e os interesses existentes no interior das classes e frações dominantes. Sem isso, não poderemos entender de que maneira a burguesia une-se contra a política populista em 1954.

No período aberto pela Revolução de 1930 e, particularmente, na fase representada pelo último mandato presidencial de Getúlio Vargas, é possível distinguir, no interior do bloco no poder, dois campos principais. De um lado, a fração industrial da burguesia, que luta pela industrialização capitalista do país. Esse campo conta com a participação da burocracia de Estado e se fortalece à medida que a

industrialização avança. De outro lado, a grande burguesia comercial exportadora e importadora que, aliada ao imperialismo norte-americano, se opõe à política econômica industrialista que começa a tomar corpo a partir de 1930. Esse campo vai perdendo terreno com o avanço da industrialização; porém, a força política do setor antiindustrialista das classes dominantes não desaparece e se converte num dos fatores que impedem a indústria de impor a sua hegemonia política no interior do bloco no poder. Esse conflito em torno da industrialização, exceção feita a determinadas conjunturas de crise política, polariza as classes e frações dominantes. Teremos oportunidade de ver como os grandes proprietários de terra e alguns setores do capital imperialista europeu aliam-se, sem abrir mão dos seus respectivos interesses específicos, à burguesia industrial, somando forças na luta pela industrialização capitalista, contra o setor antiindustrialista das classes dominantes — a burguesia comercial e o imperialismo norte-americano.

Vários autores apresentam o capital imperialista norte-americano como uma força que, principalmente a partir do início da década de 1950, formaria na vanguarda da luta por uma política de industrialização capitalista (dependente), enquanto nós estamos afirmando que o imperialismo norte-americano era antiindustrialista. A grande maioria dos autores, quando admite ter havido resistência à política de industrialização, localiza essa resistência nos interesses dos grandes proprietários de terra, força que

nós, ao contrário, designamos como aliada da burguesia industrial. Quanto à burguesia comercial, esta, na quase totalidade dos escritos existentes sobre esse período, ou é ignorada ou, então, é apresentada como uma força favorável à industrialização. Nossa análise faz o oposto: destaca a importância da burguesia comercial e lhe atribui um caráter antiindustrialista.

Toda essa polêmica aparecerá ao longo dos capítulos seguintes. Agora, precisamos, apenas, destacar um ponto. Para se compreender o antiindustrialismo da burguesia comercial e do imperialismo norte-americano é preciso ter em mente a distinção entre, de um lado, um certo nível de expansão da indústria, no qual têm interesse tanto a burguesia comercial quanto o imperialismo, e, de outro lado, uma política econômica industrialista, que é a que ambos se opõem. Essa distinção apóia-se na análise efetuada por Sérgio Silva em seu trabalho *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. É por ignorá-la que alguns autores, como Warren Dean (*A Industrialização de São Paulo*), acabam sustentando, erroneamente, que a burguesia comercial teria interesse na industrialização do país.

O imperialismo e a burguesia comercial — o capital autóctone ligado ao comércio de exportação e de importação — não só contribuem para a criação das condições indispensáveis ao desenvolvimento da indústria capitalista (formação de um mercado de trabalho assalariado e de capitais), como também, e é esse o aspecto decisivo em nossas considerações,

têm interesse em estimular uma relativa expansão do parque industrial brasileiro. Ao longo da Primeira República, o período da hegemonia política da burguesia comercial, o capital imperialista e essa fração burguesa, confrontados com as fases de pico da dívida externa brasileira, implementavam medidas de política econômica visando expandir alguns ramos do parque industrial, de modo a permitir que o capitalismo dependente brasileiro recuperasse as condições de prosseguir remunerando o capital imperialista — amortizações da dívida, juros etc. Porém, esse estímulo *limitado* ao desenvolvimento industrial jamais representou, pelo menos até o final da década de 1950, a adesão do capital comercial e do imperialismo norte-americano a uma política econômica industrialista. Isto é, a uma política econômica que rompesse com a antiga divisão internacional do trabalho, através da industrialização capitalista do país.

Mas, por que a burguesia comercial brasileira se opõe a uma política econômica industrialista? Qual é a razão da sua aliança com o imperialismo norte-americano?

A fração comercial da burguesia brasileira constituía-se naquilo que, classicamente, o marxismo denomina uma *burguesia compradora*: a fração burguesa de um país periférico que se encontra economicamente enfeudada e politicamente atrelada ao capital imperialista. Os interesses dessa fração burguesa identificavam-se, plenamente, com os interesses dominantes do capital imperialista, tal qual esses interesses dominantes apresentavam-se no período

histórico que estamos considerando.

A burguesia comercial, ou burguesia compradora, era formada, fundamentalmente, de um lado, pelas firmas exportadoras que *financiavam, adquiriam e exportavam* a produção agrícola do país — café, cacau, algodão etc. — e, de outro lado, pelas firmas importadoras que adquiriam no exterior, para a revenda no mercado brasileiro, os bens de consumo manufaturados — automóveis, eletrodomésticos, tecidos e roupas sofisticadas etc. — que o país importava, em função do baixo nível de desenvolvimento do seu parque industrial. Ao contrário do que poderia sugerir a ausência dessa fração burguesa na quase totalidade da bibliografia existente, a burguesia compradora era um poderoso setor da economia nacional, representado por um número relativamente pequeno de grandes firmas, com capital altamente concentrado e que auferiam uma notável taxa de lucro. O comércio foi o setor que apresentou maior lucratividade entre 1948 e 1952, de acordo com os balanços que a revista *Conjuntura Econômica* realizou nesse período. É certo que a burguesia compradora não abarcava o conjunto das atividades comerciais, porém, o exemplar de janeiro de 1950 da *Conjuntura Econômica* destaca que o ramo do comércio atacadista representava 90% de todo o capital investido no conjunto do setor comercial e acrescenta que um único produto de exportação — o café — representava “boa parte” do montante de capital investido no comércio atacadista. Durante o governo Vargas, o quinhão do comércio de exportação no conjunto do

comércio atacadista pode ser avaliado se recorremos ao *Censo Econômico do Estado de São Paulo*, referente ao ano de 1950, realizado pelo IBGE. Segundo o Censo de 1950, existiam, na época, 4884 estabelecimentos de comércio no atacado em todo o Estado de São Paulo. Pois bem, desse total de estabelecimentos, um pequeno número de 217 firmas exportadoras, integrantes, portanto, da fração que denominamos burguesia comercial ou compradora, era responsável por nada menos que 70% do total de vendas realizado pelas 4884 firmas que representavam a totalidade do comércio atacadista.

A lucratividade e a expansão dos negócios da burguesia comercial estavam ligadas à perpetuação da antiga forma de dominação imperialista, isto é, à perpetuação da antiga divisão internacional do trabalho, pela qual os países periféricos concentravam-se na produção de produtos primários e importavam, dos países centrais, bens de consumo manufaturados. Era por isso que os seus interesses identificavam-se com os interesses então dominantes do capital imperialista e, juntamente com esse, opunham-se à industrialização. No período que estamos considerando, o imperialismo moderno já se havia instaurado no Brasil. Isto é, já conhecíamos a exploração imperialista baseada na exportação de capitais. Contudo, de um lado, o capital imperialista exportado para o Brasil penetrava a economia brasileira, principalmente, sob a forma de capital de empréstimo e, quando se convertia em investimento direto, concentrava-se na área de serviços públicos — transporte,

energia etc. — e não, como hoje em dia, no parque industrial. De outro lado, a vigência da antiga divisão internacional do trabalho indicava que o imperialismo de velho tipo, baseado no comércio de mercadorias e não no movimento de capitais, ainda ocupava uma posição de relevo na subordinação da economia brasileira aos países capitalistas centrais. Ora, a política econômica industrialista, inaugurada a partir de 1930, exigia, de um lado, a reformulação da antiga divisão internacional do trabalho e, de outro lado, procurava desviar os investimentos imperialistas do setor de serviços públicos para o setor industrial. Nessa medida ela se chocava, simultaneamente, com os interesses das firmas exportadoras de produtos agrícolas, dos investidores internacionais, dos grandes conglomerados industriais dos países centrais — Ford, Chevrolet etc. — que pretendiam continuar fornecendo produtos industrializados ao mercado brasileiro e com os interesses das firmas importadoras brasileiras que colocavam esses bens de consumo manufaturados no mercado nacional.

3) Tratemos, então, de precisar o conteúdo das duas teses centrais deste ensaio: a crise de 1953-1954 foi uma crise da política populista e o golpe de agosto foi uma ação do conjunto das frações burguesas contra a política populista do governo Vargas.

A política populista, enquanto política industrialista, mantém relações distintas com as diferentes frações das classes dominantes. A burguesia comercial e o imperialismo norte-americano — o setor antiindustrialista do bloco no poder — opõem-se,

permanentemente, à política populista. Foi a burguesia compradora quem dirigiu, no final da ditadura do Estado Novo, a construção da União Democrática Nacional. A partir de então, através desse partido político, da ação de alguns setores da oficialidade, da atividade de importantes grupos de pressão como a Federação das Associações Comerciais do Brasil e da pregação da quase totalidade da grande imprensa do país, a burguesia compradora passa a dirigir a oposição liberal-entreguista ao populismo. Desde a posse de Vargas em 1951, a burguesia compradora faz oposição à política populista que caracteriza esse governo.

Já a burguesia industrial, esta mantém uma relação que compreende, ao mesmo tempo, a unidade e a luta com a política populista. Não podemos nos esquecer que a política populista não é, apenas, uma política de industrialização, mas, sim, uma política de industrialização apoiada nas classes populares. Desse modo, a posição da indústria frente ao populismo é contraditória. De um lado, a burguesia industrial é levada a aceitar a política populista. Isso revertia, a favor da indústria, a instável correlação política de forças vigente no interior do bloco no poder, permitindo, apesar da crise de hegemonia política, dar seqüência à política de industrialização, levando de vencida a resistência da burguesia compradora. Porém, de outro lado, em determinadas conjunturas os industriais aliam-se à burguesia compradora antiindustrialista para, junto com o inimigo da véspera, combater a política populista. Uma vi-

ragem desse tipo da burguesia industrial ocorre quando a burocracia de Estado, confrontada com o ascenso da luta reivindicatória das classes populares, vê-se obrigada, para não perder o controle político de sua base de massa, a temporizar e a fazer algumas concessões frente às reivindicações populares, contrariando as expectativas expressas da própria burguesia industrial. Foi exatamente isso o que ocorreu em 1954.

O governo populista de Getúlio Vargas havia-se passado, então, para o lado das classes populares, isto é, para o lado da revolução? A sua derrubada marcou o fim dos governos populistas no Brasil? Nos dois casos, a resposta é negativa.

É certo que a unidade da burguesia contra a ação da burocracia de Estado, isto é, contra a política populista, expressa, de uma maneira indireta, a unidade da burguesia contra as classes populares. Porém, a política populista do governo Vargas não incorpora nenhum interesse político das classes populares. O que esse governo procurava fazer era radicalizar a política populista — concessões econômicas e radicalização verbal ao nível do discurso —, justamente para desviar as massas do caminho da revolução. Ocorre que essa estratégia de radicalização do populismo — e não de ataque frontal ao movimento de massas — para prevenir a revolução interessava à burocracia de Estado, preocupada em manter a sua sustentação no movimento popular, e não à burguesia. A burguesia rechaça, então, a radicalização do populismo, que passa a ser encarada como uma polí-

tica que favorece o avanço do movimento popular e, relegando para um plano secundário os seus conflitos internos, une-se, para golpear o movimento popular, contra a política populista. Para usar uma expressão de Décio Saes, “quando o populismo avança, a burguesia recua”.

No que se refere ao ressurgimento dos governos populistas, para se compreender esse fato, é necessário ter em conta, além da pressão exercida pelas massas, um segundo aspecto da crise política de 1953-1954. O golpe de Estado de agosto de 1954, embora seja, no fundamental, o resultado de uma ação conjunta das diferentes frações burguesas contra a política populista, representa, também, uma tentativa da burguesia compradora restaurar, como indicou Décio Saes, a sua hegemonia política no interior do bloco no poder. Na verdade, a burguesia compradora foi a força dirigente do golpe de 1954. A burguesia industrial, ao aliar-se à burguesia comercial e ao imperialismo norte-americano para depor o governo populista de Getúlio Vargas, acabou colocando-se sob a direção do setor antiindustrialista das classes dominantes. O resultado dessa nova correlação de forças no interior do bloco no poder aparecerá nas medidas de política econômica contrárias à industrialização implementadas pelo governo Café Filho. Confrontada com essa nova situação, a burguesia industrial reconsidera a aliança que estabeleceu em 1954 e, no decorrer de 1955, reconcilia-se com o populismo.

O resultado dessa reconsideração de posição da

burguesia industrial foi a sucessão de governos populistas até o golpe militar de 1964, quando, então, um mecanismo homólogo àquele que levara ao golpe de 1954 porá fim à era dos governos populistas.

AS FRAÇÕES BURGUESAS, O IMPERIALISMO E A POLÍTICA ECONÔMICA (1951-1953)

Os dois primeiros anos do governo Vargas caracterizam-se pela implementação de uma política econômica voltada para a aceleração do crescimento industrial. Trata-se, na verdade, de uma verdadeira ofensiva das forças interessadas na industrialização do país contra o setor antiindustrialista das classes dominantes.

Essa ofensiva industrialista foi precedida de um breve período (1948-1949), no qual predominara a política de conciliação entre a burguesia industrial e a burguesia comercial. Porém, a partir de outubro de 1949, quando o presidente da UDN declarou fracassada a tentativa de formar uma chapa única com o Partido Social-Democrático (PSD) para concorrer à

eleição presidencial de 1950, a política de conciliação burguesa começa a desmoronar.

O acirramento das contradições entre as frações burguesas durante a primeira fase do governo Vargas criará as condições para o desencadeamento da crise política de 1953-1954.

1) Examinemos as relações da burguesia industrial, da burguesia comercial e dos proprietários de terra com os principais aspectos da política econômica industrialista da primeira fase do governo Vargas.

O conflito entre os interesses da burguesia comercial e os interesses da indústria — as duas principais frações presentes no bloco no poder — manifestava-se na luta pela definição de todos os itens da política econômica do governo — política de comércio exterior, política creditícia, política tributária etc. Contudo, esse conflito concentra-se na questão da política de comércio exterior. Para fazer avançar a industrialização, era vital transformar o comércio exterior de maneira que o fornecimento de máquinas e de equipamentos para o desenvolvimento industrial do país passasse a ser uma de suas principais funções. Com isso, de um lado, a burguesia industrial brasileira colocava à sua disposição máquinas e equipamentos muito mais modernos do que aqueles que se poderia produzir no Brasil. Isso lhe permitia elevar consideravelmente a exploração do trabalho e a sua taxa de lucro. De outro lado, a manutenção da importação de grande parte das máquinas e dos equipamentos necessários à industrialização funcionava,

às custas da atrofia da indústria brasileira de bens de capital, como um expediente para neutralizar a oposição de alguns setores do capital imperialista à industrialização do país. Ora, essa necessária transformação do comércio exterior obrigava a política de industrialização a golpear interesses vitais da burguesia comercial e das empresas imperialistas. Daí, o fato de tanto os industriais quanto o grande comércio exportador e importador conferirem absoluta prioridade à luta pela definição dos rumos que deveria tomar a política de comércio exterior do governo.

O exame do *Boletim Informativo* da FIESP, associação sindical que, já na década de 1950, constituía-se no principal grupo de pressão da burguesia industrial brasileira, permite averiguar a posição da burguesia industrial frente à política econômica do governo Vargas e, especialmente, frente à sua política de comércio exterior, questão que quase monopolizava as atividades da FIESP. Se tomarmos os exemplares do *Boletim Informativo* de número 150, 157, 161, 165, 166, 167, 168, 178, 190 e 192, publicados entre agosto de 1952 e junho de 1953, veremos que a burguesia industrial pleiteava o controle político-administrativo do mercado de cambiais, uma política de severa restrição à importação de bens de consumo manufaturados e a manutenção do valor externo do cruzeiro (câmbio alto), isso a despeito da inflação que desvalorizava, internamente, a moeda nacional. O controle político-administrativo do mercado de cambiais, isto é, a intervenção do Estado na área do comércio exterior era, na verdade, o meio do

qual procurava valer-se a burguesia industrial para restringir a importação de manufaturados e para manter uma taxa de câmbio defasada com a desvalorização interna do cruzeiro. De fato, caso as divisas fossem vendidas no mercado livre, de particulares para particulares, de um lado, boa parte delas cairia em poder das firmas importadoras de bens de consumo manufaturados, e, de outro lado, essas divisas atingiriam um preço, em moeda nacional, muito mais elevado, encarecendo dessa forma as máquinas, os equipamentos e as matérias-primas que a indústria necessitava importar. Ora, a burguesia industrial objetivava exatamente o contrário: assegurar a aplicação das divisas disponíveis na importação de bens necessários à expansão da indústria interna e, ao mesmo tempo, manter os preços desses bens, graças ao câmbio alto, o mais baixo possível em moeda nacional. Havia, além disso, é claro, a preocupação da indústria brasileira em evitar a concorrência com os bens de consumo manufaturados de fabricação estrangeira. Mas esse é um aspecto secundário nessa conjuntura de ofensiva industrialista, quando a FIESP insistia que sequer a importação de bens de consumo que ainda não possuíam similar nacional deveria ser liberada.

Esses objetivos da burguesia industrial foram plenamente contemplados pela política econômica do governo Vargas até meados do ano de 1953. O Ministério da Fazenda, sob a direção de Horácio Láfer, que fora indicado para o cargo pelo PSD, praticamente monopolizava, através da Carteira de

Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM), a venda de divisas no mercado nacional. A CEXIM canalizava o máximo das divisas disponíveis para a importação de máquinas e de equipamentos. A contrapartida dessa política era a situação falimentar na qual foram sendo colocadas centenas de firmas importadoras que negociavam com bens de consumo manufaturados produzidos no exterior. Ademais, apesar da crescente taxa de inflação interna, o governo Vargas manteve, até o ano de 1953, a taxa de câmbio que se encontrava em vigor desde 1943 (Cr\$ 18,50 por dólar). Essa política cambial barateava crescentemente, à medida que se expandia a taxa de inflação, as importações necessárias à expansão industrial. Porém, a sua contrapartida era uma redução proporcional da taxa de lucro das grandes firmas exportadoras. Para essas, é claro, a manutenção da taxa de câmbio numa conjuntura de inflação interna significava que os Cr\$ 18,50 que elas recebiam por cada dólar de café, de cacau ou de qualquer outro produto agrícola que exportavam valiam, em termos reais, cada vez menos.

Tendo em vista essas implicações da política industrialista de comércio exterior do governo Vargas, torna-se estranho o fato de alguns autores afirmarem que a política de industrialização seria uma espécie de "caminho natural" a ser seguido pelo governo, já que ela não contrariaria, segundo entendem, os interesses de nenhum setor das classes dominantes. Carlos Lessa, em seu trabalho *Quinze Anos de Política Econômica*, é um dos autores que defende essa tese,

ao se referir à política de aceleração do crescimento industrial iniciada em 1951. A prática da burguesia comercial desmente, contudo, esse tipo de análise. De fato, as grandes firmas importadoras e exportadoras opunham uma resistência tenaz à política econômica do governo Vargas.

A burguesia comercial antiindustrialista, tanto o seu setor importador quanto o seu segmento ligado à exportação, encontrava-se organizada, ao nível econômico-corporativo, na Federação das Associações Comerciais do Brasil. Não é exagero afirmar que essa Federação fazia da luta contra a política de comércio exterior do governo Vargas a sua própria razão de ser. A *Revista da Associação Comercial*, uma publicação quinzenal da Federação das Associações Comerciais do Brasil, estampava, especialmente nos seus exemplares de número 723, 724, 730, 731, 736, 740, 746 e 747, publicados entre maio de 1952 e maio de 1953, as reivindicações da burguesia comercial na questão da política de comércio exterior. Em primeiro lugar, a burguesia comercial, particularmente o comércio importador, lutava pela imediata liberação da importação de bens de consumo manufaturados. Os "importadores tradicionais", que era como se autodenominavam as firmas que importavam bens de consumo manufaturados, opunham-se à política protecionista do governo Vargas.

No decorrer dos anos de 1952 e de 1953, um caso exemplar dessa oposição é a luta de uma entidade ligada à Federação das Associações Comerciais do

Brasil, a Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças (ANMVAP), pela liberação da importação de automóveis e de peças sobressalentes; importação que vinha sendo alvo de crescente restrição imposta pelo governo. O número 749 da *Revista da Associação Comercial*, publicado em 10 de junho de 1953, traz uma extensa reportagem sobre essa luta da ANMVAP. Contando com o apoio irrestrito da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da quase totalidade da grande imprensa — o jornal *O Estado de S. Paulo* chegou a publicar reportagens sensacionalistas visando angariar a simpatia de seus leitores para a luta da ANMVAP —, os importadores de automóveis tentaram, em sucessivas oportunidades, obrigar a CEXIM a ceder. Essa, contudo, manteve-se firme na recusa. Isso, de um lado, foi levando à asfixia financeira a rede de casas importadoras de veículos que se organizava em torno da ANMVAP, mas, de outro lado, assegurou a continuidade da política de Vargas que visava desenvolver a indústria local de autopeças e, conforme veremos na segunda parte deste capítulo, induzir as empresas automobilísticas estrangeiras a iniciarem a fabricação de automóveis no Brasil.

Em segundo lugar, particularmente o setor exportador da burguesia comercial reivindicava a imediata desvalorização do cruzeiro — câmbio baixo —, o que iria aumentar a renda, em moeda nacional, das firmas exportadoras. Como vemos, também nessa sua segunda reivindicação, a burguesia comercial opunha-se, uma vez mais, aos interesses da indústria

e à política industrialista de comércio exterior do governo. Num congresso promovido em 1952 pela Federação das Associações Comerciais do Brasil, cujas resoluções estão publicadas no número 736 de 25 de novembro de 1952 da *Revista da Associação Comercial*, a burguesia compradora antiindustrialista aprovou um documento no qual destacava a crítica à “flagrante disparidade da taxa cambial com o valor interno do cruzeiro, o que conduz, prosseguia o documento do comércio, à retração das exportações (...)”. Raciocinando abstratamente, nós poderíamos ser levados a supor que as firmas importadoras não concordariam com a desvalorização cambial. Porém, entre pagar mais caro pelos bens de consumo manufaturados que pretendiam importar ou, simplesmente, desaparecer, que era o destino que lhes reservava a política industrialista da CEXIM, as firmas importadoras optavam pela primeira alternativa e somavam forças com o comércio de exportação na luta contra a política industrialista de comércio exterior do governo. Desse modo, dois meses após o congresso de novembro, o conjunto da burguesia comercial voltava a se posicionar, em documento enviado à presidência da República, a favor da desvalorização cambial. Pouco tempo depois, em maio de 1953, a burguesia comercial decidiu atacar o problema pela raiz: passou a reivindicar a própria extinção da CEXIM, isto é, a extinção do controle político-administrativo exercido pelo Estado sobre o mercado de cambiais.

Contra o intervencionismo estatal e pelo câmbio

livre: essa passou a ser a divisa que sintetizava as aspirações da burguesia comercial antiindustrialista. É claro, se o Estado abrisse mão do monopólio das cambiais toda a sua política industrialista de comércio exterior ver-se-ia comprometida. Em maior ou menor grau, a aplicação de divisas na importação de manufaturados e a desvalorização cambial impor-se-iam automaticamente. Pois bem, é exatamente essa postura contrária ao intervencionismo (industrialista) do Estado na economia que explica o liberalismo econômico da UDN, o partido dirigido, até o fim da década de 1950, pela burguesia comercial antiindustrialista. Não podemos aceitar a tese, defendida por Maria Victória M. Benevides em seu recente livro *A UDN e o Udenismo*, segundo a qual a UDN teria um comportamento ambíguo frente às questões de política econômica. De resto, a própria Benevides indica que os parlamentares udenistas transformaram a CEXIM num dos principais alvos de sua crítica à política econômica do governo Vargas. Ou seja, a chamada “Banda de Música” da UDN elegia como alvo dos seus ataques exatamente, e não por mera coincidência, o organismo que se constituía no principal inimigo da Federação das Associações Comerciais do Brasil.

Nós dissemos, no capítulo anterior, que os grandes proprietários de terra eram aliados da indústria na luta contra a burguesia comercial antiindustrialista. De fato, na questão decisiva da política de comércio exterior, os grandes proprietários de terra, inclusive aqueles que produziam para o mercado ex-

terno, aliavam-se à indústria na defesa da política econômica do governo Vargas e se opunham, ponto por ponto, aos objetivos da burguesia comercial nesse setor. Os autores que entendem o contrário, e que chegam a atribuir uma suposta posição antiindustrialista ao que denominam "oligarquia agrária", cometem esse equívoco porque ignoram que os fazendeiros que produziam para o mercado externo não eram, eles próprios, os exportadores das suas mercadorias.

Na verdade, os grandes proprietários de terra encontravam-se submetidos ao poder econômico da burguesia comercial. Era o capital comercial que financiava, que adquiria (em regime de oligopsonia) e que exportava (em regime de monopólio) a produção agrícola do país. É essa oposição entre, de um lado, a burguesia comercial e, de outro lado, os grandes proprietários de terra a ela subordinados que permite compreender esse aparente paradoxo: *do mesmo modo que a burguesia industrial*, os fazendeiros que produziam *para o mercado externo* também se posicionavam, frente à política de comércio exterior do governo Vargas, como *importadores* (de máquinas e de insumos), e, não, como exportadores de mercadoria. A prática do organismo econômico-corporativo mais representativo dos latifundiários e, particularmente, dos fazendeiros de café — a Sociedade Rural Brasileira (SRB) — confirma essa nossa tese.

Se examinarmos os exemplares da *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, publicados entre janeiro

de 1952 (número 373) e dezembro de 1953 (número 394), veremos que a SRB, após um breve período de conflitos internos, firmou posição contra a liberdade cambial, pelo monopólio estatal das divisas, contra a liberação das importações de manufaturados e, o que poderia parecer absurdo se esquecêssemos a distinção entre o fazendeiro e o exportador, contra a desvalorização cambial. Ou seja, os fazendeiros de café defendem, junto com os industriais, o confisco cambial — a imposição política de um alta taxa de câmbio de modo a transferir renda dos exportadores (burguesia comercial) para os importadores que o governo permitia ter acesso às divisas (indústria e agricultura). Esses fazendeiros se opõem, portanto, aos interesses da burguesia comercial antiindustrialista na área, vital para os interesses dessa burguesia, do comércio exterior. É certo que, para chegar a afirmar de maneira clara essa posição, a SRB teve de, primeiro, derrotar o setor de sua diretoria representado por Mário Rolim Telles, que perderá a presidência da entidade para Luis de Toledo Piza Sobrinho. Contudo, esse fato não invalida a nossa análise. Havia um pequeno grupo de fazendeiros de café que possuía investimentos nas firmas de exportação do produto. Rolim Telles representava esses fazendeiros e, na verdade, agia mais como comerciante do que como proprietário de terra. Porém, a sua posição era minoritária e acabou sendo derrotada.

Celso Furtado é um dos autores que sustenta a idéia, segundo a qual a desvalorização cambial, *no decorrer do governo Vargas*, favoreceria os fazen-

deiros que produziam para o mercado externo (*Formação Econômica do Brasil*, capítulo XXXIV). Porém, o câmbio baixo não aumentava, necessariamente, a taxa de lucro do cafeicultor, mas, sim, a taxa de lucro do exportador, isto é, do comerciante. Vejamos como se expressava um membro do Conselho Diretor da SRB no número 381, de outubro de 1952, da *Revista da Sociedade Rural Brasileira*: “Figuremos o caso do cafeicultor. Precisamente nesse instante de aviltamento das taxas (de câmbio, ABJ), sobretudo se isso ocorrer fora da colheita, ele já não poderia possuir nem mais uma saca de café. Então o beneficiário seria o intermediário, isto é, o detentor efêmero da mercadoria”. Em contrapartida, se a desvalorização cambial não aumentava a taxa de lucro do cafeicultor ela fazia crescer, isto sim, os seus custos de produção — lembremos que o cafeicultor é um importador (de máquinas e de insumos) e não um exportador (de café). Um membro do Instituto de Economia da SRB explicava esse problema nos seguintes termos: “A importação de tratores, máquinas e aparelhos agrícolas, adubos, inseticidas, aspersores de irrigação, automóveis, jipes, caminhões, gasolina e lubrificantes é feita em dólares ou outra moeda estrangeira. O barateamento da produção agrícola depende, ainda uma vez, do poder aquisitivo de nossa moeda, isto é, de um câmbio favorável, que significa menor preço da moeda estrangeira, (em cruzeiros)” (*Revista da Sociedade Rural Brasileira*, número 382, de novembro de 1952).

2) Examinemos agora, mais de perto, a relação

da burguesia industrial brasileira e da política econômica industrialista do governo Vargas com o capital imperialista. Nós veremos porque essa política de industrialização, apesar de ser aberta aos investimentos estrangeiros, era, mesmo assim, combatida por setores representativos do capital imperialista.

No primeiro capítulo deste ensaio, nós nos opusemos à tese, segundo a qual a política econômica do governo Vargas visaria desenvolver um capitalismo nacional e autônomo no Brasil. Indicamos, então, que o governo Vargas não colocava nenhuma restrição significativa aos investimentos estrangeiros no país e que buscava, sistematicamente, atrair investimentos imperialistas para impulsionar o processo de industrialização. Os acordos realizados com os Estados Unidos, como aquele que resultou na criação da Comissão Mista Brasil—Estados Unidos, e a legislação de favorecimento do capital imperialista, como a Lei nº 1.807, de janeiro de 1953, e a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), de outubro do mesmo ano, evidenciam esse interesse do governo Vargas em atrair o capital estrangeiro para o setor industrial. Mesmo se o governo Vargas visasse, como sustentam alguns autores, manter sob o controle do Estado nacional os chamados setores de base da economia, mesmo se isso fosse verdade, tal fato não invalidaria a nossa análise. Ele indicaria, apenas, a pretensão de repartir, com o imperialismo, o parque industrial brasileiro, mas, nunca, a existência de um suposto projeto de desenvolvimento autônomo. Contudo, sequer essa preocu-

pação de monopolizar a indústria de base existiu durante o governo Vargas. À parte o caso singular da instituição do monopólio estatal do petróleo, do qual falaremos adiante, o governo Vargas sempre esteve disposto a entregar amplos setores das indústrias de base ao capital imperialista. Durante o período do Estado Novo, Vargas só se decidiu pela criação da Companhia Siderúrgica Nacional depois de se terem revelado infrutíferas as suas tentativas, primeiro junto à Krupp alemã e, depois, junto à United States Steel Co. norte-americana, de atrair o capital imperialista para que esse instalasse uma indústria siderúrgica no Brasil. Durante o seu último governo, Vargas mantém a mesma política para o caso da monazita, do manganês e de outros minerais. A única exigência que o governo Vargas fazia para entregar a exploração desses minérios ao capital imperialista norte-americano era a de que parte deles fosse processada no próprio território brasileiro, como nos mostra o excelente levantamento documental efetuado por Moniz Bandeira em seu livro *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Ou seja, o capital imperialista era bem-vindo; o que se exigia dele era que contribuísse para a diversificação e para o desenvolvimento do parque industrial existente no Brasil.

Ocorre, porém, que essa espécie de “entreguismo industrialista” chocava-se com os interesses de setores representativos do capital imperialista, que permaneciam aferrados à antiga divisão internacional do trabalho. O capital imperialista não se

negava a realizar investimentos no parque industrial brasileiro. Porém, como já ilustram os episódios citados acima, negava-se a realizar investimentos industriais na proporção desejada pela política de industrialização do governo Vargas. Era esse conflito entre, de um lado, a política de industrialização *dependente* e, de outro lado, os setores do capital imperialista aferrados à antiga divisão internacional do trabalho que se encontrava na base da política e da ideologia nacional-reformista da década de 1950. É por isso que não há nenhum paradoxo, ao contrário do que sustenta Francisco Weffort, no fato de o governo Kubitschek ter comandado a desnacionalização (industrialista) da economia e, ao mesmo tempo, estimulado a sistematização e a divulgação da ideologia nacionalista através de diversas agências governamentais — como o ISEB.

O esforço empreendido pelo governo Vargas para implantar a indústria automobilística no Brasil pode ser tomado como um caso típico no estudo da relação de sua política industrialista com os diferentes setores do capital imperialista. O trabalho de Luciano Martins *Politique et Developpement Economique* oferece-nos uma detalhada reconstituição da política de Vargas para o setor automobilístico. Em 1952, depois de criar um organismo especialmente incumbido de coordenar os esforços para a implantação da indústria automobilística no Brasil — a Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis — e de instituir a proteção alfandegária para as fábricas de autopeças já existentes no país, o go-

verno Vargas procurou a Ford Motor Company e a General Motors, propondo a essas empresas norte-americanas que instalassem filiais no Brasil, para a fabricação de veículos automotores. Com o mesmo objetivo, o governo brasileiro contactou duas empresas automobilísticas européias — a Mercedes Benz e a Volkswagen. Vargas estava propondo a mesma divisão de mercado que se afirmaria no governo Kubitschek: o capital imperialista ficaria com as montadoras, e o capital industrial nacional com as fábricas que forneceriam boa parte das autopeças. Pois bem, a Ford e a Chevrolet negaram-se, terminantemente, a investir na fabricação de veículos no Brasil. Mesmo durante o governo Kubitschek, essas duas empresas norte-americanas tornaram a recusar um novo convite, feito em 1956, para que abrissem filiais no Brasil. A Ford e a Chevrolet detinham quase que o monopólio da exportação de veículos para o Brasil e preferiam manter esse privilégio de mercado, do que investir industrialmente no país. Como podemos observar, não eram apenas os comerciantes brasileiros importadores de automóveis que, organizados em torno da ANMVAP, opunham-se ao programa da indústria automobilística. Esses, na verdade, agiam no interior do país como prolongamento dos interesses das empresas imperialistas norte-americanas; razão pela qual caracterizamos a burguesia comercial antiindustrialista como uma burguesia compradora.

Foi apenas graças à concorrência interimperialista que se abriu uma perspectiva de sucesso para o

governo Vargas. De fato, a Mercedes e a Volkswagen, como, praticamente, não tinham acesso ao mercado brasileiro de automóveis, vislumbraram, na oferta do governo Vargas, a possibilidade de reverter a posição desfavorável que ocupavam frente às empresas automobilísticas norte-americanas. Esse fato fez com que essas duas empresas européias se interessassem pela proposta do governo brasileiro.

A conclusão é a seguinte: as empresas imperialistas norte-americanas negavam-se a abrir mão de parcela significativa das suas exportações de bens de consumo manufaturados para o Brasil e substituir, conforme propunha a política industrialista de Vargas, essa exportação de mercadorias pela exportação de capitais — no caso, investimentos diretos na indústria automobilística. Ou seja, o imperialismo norte-americano mantinha-se, em grande parte, aferrado à antiga divisão internacional do trabalho e resistia em efetuar a passagem, no ritmo e na amplitude desejados pelo governo Vargas, para uma forma superior de dominação econômica — superior à medida que ampliaria a área de exportação de capitais. Daí o fato, aparentemente paradoxal, de as forças que, do interior do país, pressionavam para obter uma forma mais avançada de dominação econômica secretarem um discurso nacionalista.

A política de industrialização dependente do governo Vargas e a ideologia nacional-reformista que ela secretava, não destoavam, nos aspectos que estamos considerando, da prática e das concepções da burguesia industrial brasileira. A burguesia comer-

cial antiindustrialista era uma burguesia compradora, atrelada ao imperialismo, mas daí não se deve concluir que a sua oponente, a burguesia industrial, fosse antiimperialista. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, como se pode constatar pela leitura dos exemplares 161, 162, 179 e 183 do seu *Boletim Informativo*, publicados entre novembro de 1952 e abril de 1953, também se queixava, da mesma forma que o governo, do desinteresse que o imperialismo demonstrava em investir industrialmente no Brasil. Eram constantes as sugestões feitas pela FIESP de medidas de política econômica que tinham como objetivo atrair o capital imperialista para o parque industrial brasileiro. A FIESP chegou, inclusive, a enviar uma comissão de membros de sua diretoria aos Estados Unidos, com o objetivo de convencer as empresas norte-americanas a realizarem mais investimentos no parque industrial brasileiro. Não era nesse particular, portanto, que a política de Vargas entrava em conflito com os interesses da burguesia industrial brasileira.



A CLASSE OPERÁRIA DESENCADEIA A CRISE DO POPULISMO

(26 de março a 15 de junho de 1953)

Em 26 de março de 1953, a classe operária inicia uma greve que terá a duração de um mês e envolverá 300 mil operários metalúrgicos, têxteis, marceneiros, vidreiros e gráficos da capital de São Paulo e de dezenas de cidades do interior do mesmo Estado. A greve dos 300 mil marcou o início de uma fase de ascenso da luta reivindicatória das classes trabalhadoras e colocou a política populista do governo Vargas em crise.

O ascenso da luta reivindicatória das classes populares (luta por melhores salários, por melhores condições de trabalho) não produz, em toda e qualquer situação, uma crise política. No caso da conjuntura de 1953-1954, a crise ocorreu devido à forma

peculiar como o ascenso da luta reivindicatória repercutiu no interior do bloco no poder típico do período dos governos populistas. A greve dos 300 mil evidenciou a instabilidade do sistema de contradições e de alianças no qual se assentava a política populista. Ela provocou a radicalização do posicionamento político de algumas classes sociais e redefiniu o posicionamento político de outras classes, levando a um remanejamento de forças que enfraqueceu a base de sustentação do governo Vargas.

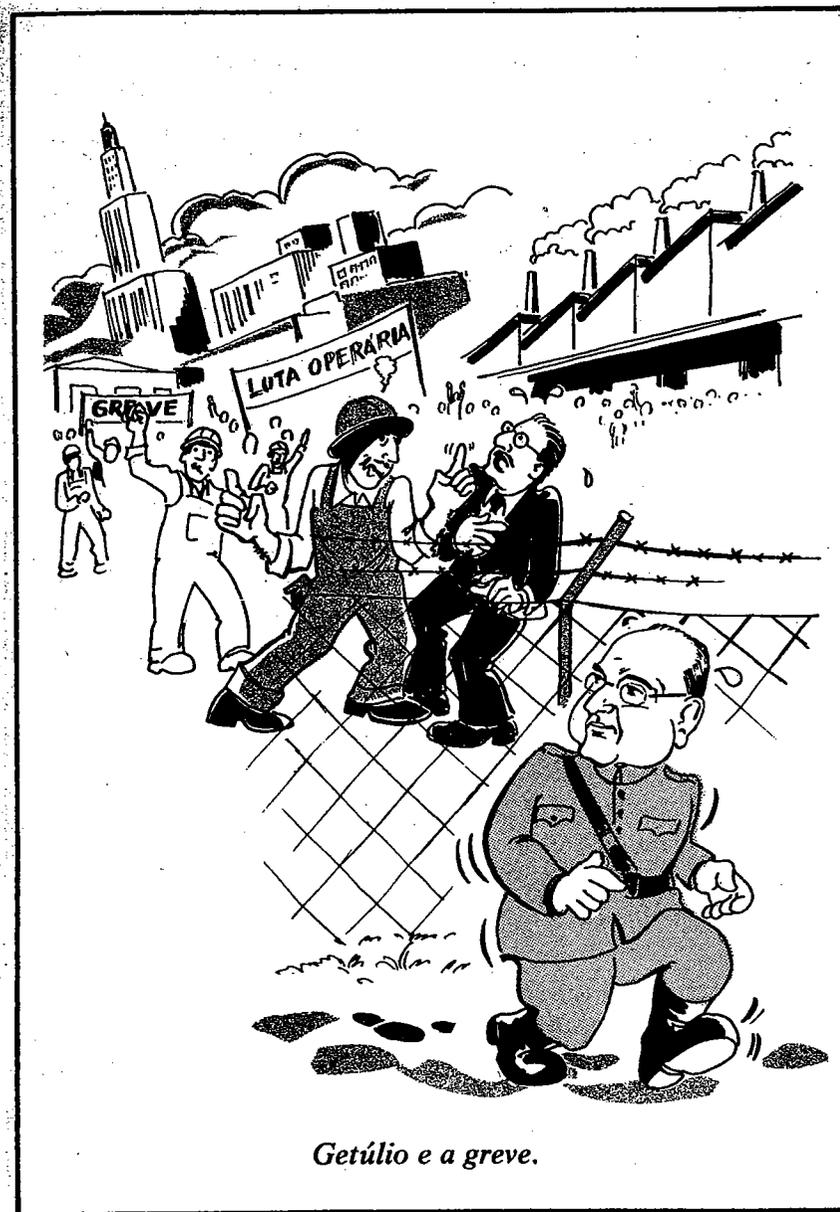
1) O governo Vargas tudo fez para acabar com a greve e reprimiu, de forma violenta, algumas das ações mais ousadas empreendidas pelos operários no decorrer do movimento grevista. Contudo, ao mesmo tempo, o governo, através da ação de alguns dos seus integrantes e, principalmente, através da iniciativa de membros da cúpula da burocracia de Estado, procurou fazer crer aos operários que se simpatizava com a greve. José Álvaro Moisés, na reconstituição histórica que fez da greve dos 300 mil, cita vários episódios que denotam essa preocupação governamental. O governador do Estado de São Paulo não só recebeu dirigentes sindicais no palácio do governo, como também declarou reconhecer "o sofrimento" (*sic*) da classe operária. O comando do II Exército resistiu às pressões da burguesia pelo emprego das forças militares, juntamente com a antiga Força Pública, na repressão à greve. Iniciativas desse tipo surtiram o efeito desejado: os operários chegaram a aplaudir os caminhões do Exército que transitavam pelas ruas da cidade de São Paulo no transcurso da

greve, e alguns dirigentes sindicais tentaram, inclusive, entrar em contato com o comando da 2ª Região Militar para solicitar que as tropas do Exército saíssem às ruas... para defender o proletariado da ação repressiva das forças policiais.

Para compreender essa reação do governo Vargas frente à greve dos 300 mil — repressão combinada com simulação de cumplicidade —, é imprescindível ter em conta que a ofensiva industrialista da primeira fase do seu governo (1951-1953) fora, na verdade, uma ofensiva da política populista contra o setor antiindustrialista das classes dominantes. De fato, em primeiro lugar, não foi a burguesia industrial quem lançou a candidatura Vargas em 1950. O candidato da burguesia industrial era Cristiano Machado, do PSD. A candidatura Vargas resultou do pronunciamento da oficialidade das Forças Armadas, nas agitadas e concorridas eleições de maio de 1950 para a diretoria do Clube Militar, contra a política de conciliação com a burguesia compradora, implementada pelo governo Dutra, e pela retomada de uma política econômica de expansão industrial acelerada. Em segundo lugar, apesar de os industriais terem se aproximado de Vargas após a sua vitória, não eram eles, tampouco, que asseguravam, pela sua própria força, a continuidade da política de industrialização do governo. A vitória eleitoral de Getúlio Vargas e o isolamento no qual o seu governo lograra colocar a burguesia compradora, representada pela oposição udenista, foram frutos, em grande parte, do seu esforço para convencer os setores mais

atrasados do movimento de massa de que os trabalhadores participavam do seu governo.

No mesmo dia em que a Justiça Eleitoral proclamou oficialmente a vitória de Vargas, esse reuniu as massas para um grandioso comício no Estádio do Maracanã, no qual frisou que a sua vitória era uma vitória dos trabalhadores. Já no início do seu governo, Vargas retomou a prática dos discursos presidenciais dirigidos aos trabalhadores, em grandes concentrações populares, por ocasião do Primeiro de Maio e, em várias oportunidades, conclamou os assalariados a ingressarem massivamente nos sindicatos oficiais organizados pelo Estado. Com vistas a atingir esse objetivo, o governo, tendo em vista que os sindicatos de Estado encontravam-se esvaziados e que os comunistas vinham organizando sindicatos livres por todo o país, suspendeu a exigência de atestado de ideologia para os candidatos a postos de direção nos sindicatos oficiais. Esse esforço para a integração das massas no jogo político, através do seu enquadramento nas instituições do Estado burguês — no sindicato de Estado —, era acompanhado de dois tipos de iniciativa. De um lado, Vargas implementa uma política social de pequenas concessões aos trabalhadores: em 1951, decreta uma majoração do salário mínimo, a primeira majoração que se fazia desde 1943, e, em 1952, Vargas efetua a reformulação do Estatuto dos Funcionários Públicos. De outro lado, esse esforço de integração das massas no jogo político compreendia uma operação ideológica de mistificação da política nacional-reformista do governo. Atra-



Getúlio e a greve.

vés de discursos em ocasiões apropriadas, os membros da equipe governamental procuravam fantasiar o nacional-reformismo industrialista de antiimperialista, de modo a converter as aspirações antiimperialistas instintivas das massas em base de massa para uma política que, apesar de realmente se chocar com o imperialismo, visava, apenas, mudá-lo de figura.

Esse conjunto de iniciativas havia bastado, até a grande greve operária de 1953, para fortalecer os laços do governo com amplos setores das classes populares, desequilibrando a correlação de forças no interior do bloco no poder em favor das forças industrialistas. Havia sido possível, até então, garantir, dessa forma, a manutenção da política de industrialização acelerada. Porém, a greve dos 300 mil criava uma situação nova. Em primeiro lugar, ela punha à prova, aos olhos da massa, o caráter popular que o governo atribuía a si próprio. Em segundo lugar, como a amplitude e a duração da greve formavam um contraste gritante com o refluxo que prevalecera até o ano de 1952, o governo percebeu a necessidade de estudar um eventual reajuste na sua política (populista) de integração das massas no jogo político. Daí a sua reação, em certa medida ambígua, diante do movimento grevista.

2) Como a greve operária repercutiu na prática política e sindical das demais classes trabalhadoras e, particularmente, na posição dessas classes frente ao governo Vargas?

O campesinato, desprovido de organização política e sindical, disperso e isolado no interior do país,

permaneceu praticamente alheio ao movimento grevista. Nas cidades, a principal classe popular intermediária que devemos tomar em consideração é a classe média, devido ao contingente quase inexpressivo da pequena burguesia proprietária na formação social capitalista brasileira. Pois bem, a greve operária aprofundou a divisão existente no interior da classe média, em prejuízo da sustentação política do governo. De um lado, a greve operária abalou o apoio que a fração populista da classe média dispensava ao governo Vargas e, de outro lado, a greve dos 300 mil radicalizou a postura oposicionista da classe média liberal.

Nós já indicamos que a fração populista da classe média era constituída pela baixa classe média assalariada — bancários, comerciários, pequeno funcionalismo público. Pois bem, um setor dessa fração assumiu uma postura contrária à greve operária e se manteve firme na defesa do governo. Contudo, um outro setor, e exatamente o mais organizado da baixa classe média naquela conjuntura, evoluiu, em grande parte graças ao impacto da greve, para uma postura crítica frente à política social de Vargas. A base de massa do governo sofria uma primeira deserção na área com a qual o governo mais poderia contar.

Décio Saes, em cuja análise nos baseamos para efetuar a pesquisa sobre a prática da classe média na conjuntura de 1953-1954, distingue duas variantes do populismo no interior da baixa classe média: uma reformista, e outra governista-conservadora. Essa distinção aplica-se, com perfeição, à nossa conjun-

tura. O Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo parece ter considerado a greve dos 300 mil uma ameaça indesejável à política social de pequenas concessões que vinha sendo implementada pelo governo Vargas. Esse sindicato omitiu-se frente à greve e reafirmou o apoio que prestava ao governo. De fato, os exemplares de número 133 — de março-abril de 1953 — e 134 — de dezembro do mesmo ano — do jornal sindical *Voz Comerciária* não contêm uma linha sequer sobre a greve dos 300 mil, mas, em contrapartida, são pródigos em matérias elogiosas ao governo Vargas. Foi bastante diferente, porém, a reação dos trabalhadores em estabelecimentos bancários frente ao movimento grevista.

Os bancários solidarizaram-se, ativamente, com a luta reivindicatória dos operários. Segundo o "Relatório de Atividades" da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo, publicado no jornal sindical *Folha Bancária*, exemplar de junho de 1954, os bancários mobilizaram-se para contribuir com o fundo de greve do movimento de 1953. Ora, a greve dos 300 mil além de representar, objetivamente, um protesto massivo contra a política social do governo, encontrava-se, fundamentalmente, sob a direção do Partido Comunista do Brasil que, seguindo a orientação estabelecida no chamado "Manifesto de Agosto" (1950) do partido, lutava pela derrubada do governo Vargas e pela instauração de um governo democrático-popular. Isso significa que um importante setor da base de massa da política populista, os bancários, era atraído para um tipo de ação sindical que

se chocava com a política do governo.

Convém salientar que o efeito da greve operária junto aos bancários foi o de aprofundar, e não o de criar, a postura crítica que esses, de fato, já vinham, paulatinamente, assumindo frente à política social de Vargas. O populismo possui também as suas contradições. De fato, no início do governo Vargas era muito grande, entre os bancários, a expectativa de que Vargas viesse a reeditar a política social do Governo Provisório (1930-1934) que ele próprio chefiara e que possibilitara aos bancários algumas de suas maiores conquistas — jornada de seis horas de trabalho, estabilidade aos dois anos de serviço etc. É essa expectativa que explica a adesão massiva e entusiasta da categoria à greve bancária por aumento salarial, deflagrada apenas seis meses após a posse de Vargas, em agosto de 1951, e que teve a prolongada duração de 69 dias. O exemplar de fevereiro de 1952 da *Folha Bancária* afirma claramente: grande parte dos bancários aderiram a essa greve por nutrirem a crença de que, uma vez a categoria pondo-se em greve, o governo Vargas não os abandonaria e sairia em defesa dos trabalhadores, jogando a sua força contra os banqueiros. Contudo, o governo Vargas não correspondeu a essa concepção populista da luta sindical: utilização da greve como meio de chamar a atenção do Estado para que ele assumia a sua suposta tarefa de proteger os trabalhadores. Os bancários sofreram, então, uma primeira grande decepção. Assim, dois anos mais tarde, a greve operária dos 300 mil e a repressão governamental contra os

grevistas vieram aprofundar o fosso entre os bancários e o governo.

Quanto à reação da fração liberal da classe média frente ao movimento grevista, essa sentiu a sua posição social ameaçada pela greve dos 300 mil. Mais do que isso: os liberais responsabilizaram o próprio governo pela ocorrência da greve e, para barrar o avanço do movimento operário, conclamaram o Exército a depor Vargas através de um golpe de Estado.

A alta classe média liberal agrupava, principalmente, os profissionais liberais — advogados, médicos e engenheiros. Seu liberalismo era elitista e antipopular. Ela integrava a oposição conservadora ao populismo, na qualidade de aliada subalterna da burguesia comercial antiindustrialista e do imperialismo norte-americano. Ao nível político-partidário, a fração liberal da classe média estava representada na UDN, o partido dirigido pela burguesia comercial, ou compradora.

Décio Saes qualifica do seguinte modo o liberalismo da alta classe média: “a sua luta, é luta por impedir a transformação de ‘direito à política’ em prerrogativa comum e universal, e por conservar a política como um símbolo de prestígio social”. O leitor deve ter em mente que o liberal não é um democrata. O liberalismo da alta classe média, como todo liberalismo, estabelecia uma distinção entre cidadãos ativos — aqueles que teriam direito à participação política — e cidadãos passivos — aqueles que não reuniam condições para exercer os direitos

políticos. No caso, os direitos e a atividade política — nos partidos, no parlamento etc. — eram reivindicados como privilégio dos “homens cultos”. A atividade política representava para a alta classe média, como indica o trecho citado de Décio Saes, a sua marca de distinção social frente ao proletariado, frente às “massas incultas e ignorantes”. Esse liberalismo antidemocrático e antioperário manifestava-se, de modo enviesado, no antipopulismo da classe média liberal. Ou seja, ela se opunha ao populismo, mas, não, de uma perspectiva revolucionária e, sim, de uma perspectiva reacionária. Vale dizer, o que a fração liberal da classe média criticava no populismo não era o fato de essa política desviar as classes populares da luta por seus verdadeiros interesses. O que a incomodava, na verdade, era o fato de o populismo permitir o exercício da política pelas massas populares. O populismo havia maculado a atividade que representara a glória dos bacharéis ao longo da Primeira República.

O leitor formará uma idéia melhor do liberalismo elitista e do antipopulismo reacionário da alta classe média se recorrermos a algumas ilustrações. Na década de 1950, vários udenistas, entre os quais um jornalista chamado Afonso Henriques, defenderam a instituição do voto de qualidade no Brasil. No projeto desse tal Henriques, em primeiro lugar, os analfabetos deveriam, é claro, permanecer sem o direito a voto. Em segundo lugar, deveria ser instituído o que esse liberal denominava “voto cultural progressivo”: o eleitor alfabetizado, mas que não tivesse

o diploma do curso primário, teria direito a apenas um voto, já o eleitor com curso primário completo, esse faria jus a dois votos, e, assim por diante, até chegarmos à fina flor da inteligência burguesa, os liberais diplomados em universidade, que teriam direito a quatro votos. Ou seja, seriam necessários quatro "plebeus", se alfabetizados, para fazer um advogado. Essa rejeição à participação política das classes populares não se restringia ao processo eleitoral. Ela se estendia, inclusive, e é isso que mais nos interessa aqui, ao conjunto de mecanismos através dos quais o populismo integrava as massas no jogo político — utilização populista do sindicato de Estado pelo governo, comícios dos governantes dirigidos especialmente às massas populares etc. Nada melhor para ilustrar esse antipopulismo reacionário do que as posições da *Revista Anhembi*, a principal publicação da alta classe média liberal na década de 1950. Em seu número de outubro de 1952, a *Revista Anhembi* afirmava: "(Está-se) estabelecendo entre nós certa confusão no conceito de povo. Talvez o povo não se constitua apenas no *rebotalho* que os demagogos (os políticos populistas como Vargas, ABJ) cortejam com suas promessas utópicas. É muito possível que não pertencendo ao *populacho*, os homens de colarinho e gravata sejam também povo. Ou não o serão só porque sabem ler, pensar, divergir? Será isso plutocracia?". O ódio aos políticos populistas era, como se observa, manifestação de algo mais profundo: um visceral ódio às massas, à "indébita" participação política do "populacho igno-

rante".

A alta classe média liberal apoiara, em 1950, a candidatura do udenista Eduardo Gomes. Desde a posse de Getúlio Vargas, ela assumira uma postura oposicionista ao seu governo populista. Porém, o que queremos destacar, é que a partir da greve dos 300 mil esse oposicionismo dá um salto qualitativo: a alta classe média passa a reivindicar o golpe de Estado para depor o governo.

Como mostramos, ao nos referir à greve prolongada dos bancários em 1951, o populismo podia, em certas condições, estimular a luta reivindicatória dos trabalhadores. No caso da greve dos 300 mil, o governo Vargas fora obrigado a combinar a repressão com recuos e com simulação de cumplicidade frente ao movimento grevista. Isso, para a alta classe média, significava que era o próprio governo quem estava estimulando a ameaça à ordem. Vejamos como se expressava a esse respeito o exemplar de maio de 1953 da *Revista Anhembi*: "O governo federal, único responsável pela situação de desespero que provocou o movimento grevista, se interessou realmente pela sua intensificação. Aos seus desígnios não serviam uma parede ordeira e silenciosa (sic!) como a pretendida pelos trabalhadores paulistas. Assim, valendo-se das arruaças provocadas na ocasião pelos comunistas — que não perdem vasa para estas manifestações de 'prestígio' — despachou o governo federal alguns apaniguados a São Paulo (...) para colocar um pouco de fogo na fervera".

A greve dos 300 mil e a reação governamental

radicalizaram o antipopulismo reacionário da classe média liberal. O primeiro número que a *Revista Anhembi* produziu após o início da greve trouxe um editorial cujo título dizia tudo: "Memorandum às Classes Armadas". *Essa foi a primeira vez, desde que se iniciara o governo Vargas, que a Revista Anhembi pediu, abertamente, o golpe de Estado.* A partir da greve dos 300 mil, o corpo editorial da *Anhembi* intensificará as manifestações contra o governo e os apelos ao golpe de Estado, numa série de iniciativas conjuntas com o grupo de Carlos Lacerda, da UDN carioca.

3) No campo das classes dominantes, o efeito da greve dos 300 mil foi igualmente desfavorável ao governo Vargas.

Como já foi visto, desde novembro de 1952, a Federação das Associações Comerciais do Brasil iniciara uma ampla mobilização contra a política industrialista do governo. A greve dos 300 mil leva a burguesia comercial a assumir a solução do golpe de Estado. Ela acredita ter chegado o momento de empreender uma nova tentativa de restaurar a hegemonia política que perdera em 1930. De um lado, a burguesia comercial observa que a greve operária fortalecera a unidade da frente oposicionista, graças ao enrijecimento do antipopulismo da alta classe média e à postura mais agressiva que o imperialismo norte-americano assume frente ao governo Vargas. De outro lado, o comércio percebe que alguns setores da burguesia industrial começavam a pôr em dúvida a oportunidade de se manter, dentro das novas con-

dições criadas pela greve dos 300 mil, a política populista do governo Vargas. Não foi por acaso, portanto, que a burguesia comercial antiindustrialista substituiu, *exatamente em maio de 1953* como vimos, uma postura defensiva — reivindicação de mudanças na política da CEXIM — por uma atitude ofensiva — exigência de extinção da CEXIM.

Se o comércio postava-se contra a política de industrialização, mais razões possuía ainda para colocar-se contra uma política de industrialização que começava a criar embaraços para o governo agir contra o avanço do movimento operário. Por isso, a UDN e a grande imprensa ligada à burguesia compradora passarão a insistir na idéia de que a greve dos 300 mil havia sido provocada pelo próprio governo e começarão a utilizar a expressão "subversão vinda do alto". O jornal *O Estado de S. Paulo* sustentará, em defesa dessa tese, que o governo teria aconselhado "aos patrões resistência às exigências 'imoderadas' dos grevistas, (mas) ao mesmo tempo em que sugeria aos paredistas intransigência na defesa de suas 'justas' reivindicações". Uma acusação similar àquela levantada pela sua aliada subalterna, a fração liberal da classe média. Mas, nos órgãos da burguesia comercial, esse tipo de acusação possuía um conteúdo um tanto distinto. Ele não expressava nenhum desespero pequeno-burguês frente à ameaça de perda de prestígio social e continha um aspecto bem mais pragmático: atrair setores da burguesia industrial para a frente oposicionista.

Para desencadear a ofensiva restauradora da

burguesia comercial, a "linha dura" da UDN esforçou-se, com sucesso, para isolar os setores do partido que vacilavam em assumir a luta pelo golpe de Estado. Mal havia encerrado a greve dos 300 mil, e a UDN, reunida em convenção nacional no Rio de Janeiro, promoveu uma reforma nos seus estatutos prevendo punições, que iam até a expulsão do partido, àqueles que vacilassem na luta contra o governo Vargas. O jornal *O Estado de S. Paulo*, na sua edição de 3 de maio de 1953, comentou, exultante, que a convenção udenista havia derrotado "a pequena ala dos que desejam manter a UDN em atitude passiva diante da situação e dos seus responsáveis".

À ação combinada da burguesia compradora e da alta classe média veio somar-se a pressão mais aberta do imperialismo norte-americano sobre o governo Vargas. Pouco mais de um mês após o término da greve operária, em junho de 1953, agindo de maneira articulada com a ofensiva da burguesia compradora, o governo dos Estados Unidos rompeu, unilateralmente, com a Comissão Mista Brasil—Estados Unidos. Além do impacto moral de tal iniciativa, ela representou a desativação do organismo que Vargas lutara, desde o início do seu governo e enfrentando a resistência do governo dos Estados Unidos, para criar, e, através do qual, ele esperava orientar empréstimos e os investimentos diretos norte-americanos de modo a impulsionar a industrialização capitalista do país.

A política populista entrara em crise. De um

lado, fechara-se, em torno do governo, o cerco dirigido pelas forças antiindustrialistas. De outro lado, a luta reivindicatória do proletariado abalara a sua sustentação de massa. Em tais condições, uma opção que se apresentava ao governo era uma política de recuo frente às reivindicações populares. Neutralizar o verdadeiro levante operário contra a política social do governo, reforçar os laços com a baixa classe média, enfim, recompor a política populista: essa era uma opção para se tentar barrar o golpe de Estado. Ocorre que a burguesia industrial, a principal fração burguesa, até então, solidária ao governo, vacila em seguir esse caminho.

Ceder frente às reivindicações populares, para poder manter a política de expansão industrial acelerada, ou partir sem contemplação para a ofensiva contra as classes populares, minando as bases da política de expansão industrial? Esse dilema aturdiu e dividia a burguesia industrial. Numa reunião da FIESP, realizada em 8 de abril de 1953 para tratar de questões relativas à greve dos 300 mil, surge um início de conflito no interior da entidade. A direção da FIESP mostrava-se inclinada, como se pode concluir pela análise dos *Boletins Informativos* de número 185 e 209, a recuar frente aos grevistas e a se contrapor à campanha de acusações ao governo. Porém, esses mesmos documentos deixam entrever que a massa dos industriais não aceitava essa orientação da diretoria de sua associação sindical. Preocupada em obter uma orientação comum para a burguesia industrial, a FIESP decide agir em regime de urgên-

cia. Em pleno andamento da greve dos 300 mil, a FIESP lança uma convocatória a todas Federações industriais do país para que se reunissem, em São Paulo, numa "Reunião Plenária Nacional da Indústria". Essa reunião plenária foi efeito direto da crise provocada pela greve dos 300 mil. Até março de 1953, a FIESP nunca se tinha referido a uma reunião desse porte. No entanto, a plenária nacional da indústria não atingiu os objetivos esperados. O resultado dessa reunião foi pífilo. Aprovaram-se algumas resoluções genéricas e alertas contra a "intranquilidade social" que começava a abalar "a comunidade", mas não se definiu nenhuma orientação clara para a indústria frente à crise da política populista do governo Vargas.

Enquanto os industriais vacilavam, a conspiração golpista dava os seus primeiros passos. Aqui, além da agitação da UDN no parlamento, dos grandes jornais junto à opinião pública e dos oficiais entreguistas e antidemocráticos nos quartéis, é interessante destacar um episódio revelador que é ignorado pela historiografia. Esse episódio nos indica, uma vez mais, não só a ruptura que a greve dos 300 mil representa, como também o papel decisivo da burguesia comercial na articulação do golpe de Estado. De fato, exatamente no mês de abril de 1953, o sr. Café Filho, então vice-presidente da República, compareceu à Federação das Associações Comerciais do Brasil, onde realizou um inflamado discurso afirmando que, ele, ao contrário dos demais governantes, optara pela *ordem* e pela *liberdade de ini-*

ciativa. A *Revista da Associação Comercial* apressou-se em espalhar por todo o país que o vice deveria ocupar o lugar do presidente se se quisesse pôr fim à "demagogia", isto é, ao populismo, e ao "dirigismo estatal sobre a livre empresa", isto é, ao intervencionismo estatal de cunho industrialista. Fôra descoberto o candidato da burguesia compradora. Café Filho, como é fácil perceber na leitura de suas memórias, era verdadeiramente obcecado pelo desejo de se tornar presidente da República. Assim, apesar da sua mediocridade, ele pôde contar com as poderosas antenas do arrivismo para orientar-se em meio à crise. Soube aproveitar-se dela, dizendo as duas palavras certas, no momento correto e no lugar exato.

A BUROCRACIA DE ESTADO RADICALIZA O POPULISMO (15 de junho de 1953 a 22 de fevereiro de 1954)

Em resposta à crise provocada pela greve dos 300 mil, o governo promoveu, no mês de junho de 1953, uma reformulação geral em seu Ministério. Essa reformulação indicava que o governo, nesta segunda fase da crise da política populista, decidira preparar uma contra-ofensiva para se antepor, de um lado, ao ascenso da luta popular e, de outro lado, à ofensiva restauradora da burguesia comercial.

1) A preparação da contra-ofensiva governamental traduziu-se numa radicalização da política populista. A principal medida para viabilizar a radicalização do populismo foi a nomeação de João Goulart para o cargo de Ministro do Trabalho, em 15 de junho de 1953. A radicalização da política populista

compreendia dois tipos de iniciativa. De um lado, ela exigia algumas medidas de caráter defensivo. O governo deveria realizar algumas concessões efetivas ao movimento de massa — aumentos salariais, por exemplo — e, em outros casos, simular que realizava concessões às classes populares — discursos públicos contra o “capitalismo ganancioso” (especialidade de Goulart), contra o “imperialismo espoliador” (especialidade de Vargas) etc. Porém, de outro lado, essas medidas de caráter defensivo eram usadas como recurso tático para viabilizar uma ofensiva cujo objetivo era aprofundar e ampliar a subordinação das massas ao populismo e, concretamente, ao governo Vargas. Daí, aqueles recuos, reais ou fictícios, virem acompanhados de medidas para ampliar a rede de sindicatos oficiais, para consolidar os laços dos trabalhadores com esses sindicatos, para intensificar a penetração da ideologia nacional-reformista nos meios populares e, especificamente, para fortalecer e ampliar a base de massa do governo populista de Getúlio Vargas.

A opção pela estratégia de radicalização da política populista, opção que acabou por se impor no interior do governo, foi, principalmente, uma opção da burocracia de Estado e não da burguesia. De fato, a burguesia comercial irá opor-se frontal e sistematicamente à radicalização da política populista. Quanto à burguesia industrial, essa evoluirá de uma posição inicial de apoio *crítico* à nova política do governo para o rompimento aberto com o populismo radicalizado. De resto, para viabilizar a implementação da

política de radicalização do populismo, a burocracia de Estado precisou excluir a burguesia industrial de alguns dos principais organismos que deliberavam sobre a política social do governo.

A burocracia de Estado tinha de se sustentar numa linha de equilíbrio precário. Ela levava o governo a radicalizar a política populista tendo em vista dois objetivos. Em primeiro lugar, ela visava sufocar o movimento de massa que entrara numa fase de ascenso com a greve dos 300 mil, impedindo que as massas populares tomassem o caminho da revolução. Em segundo lugar, a burocracia de Estado visava barrar a ofensiva restauradora da burguesia comercial, ofensiva que se iniciara logo após aquela mesma greve. Ora, encontrar um ponto de equilíbrio que permitisse conciliar esses dois objetivos era uma tarefa bastante difícil. De um lado, a pressão crescente do movimento de massa obrigava a burocracia de Estado a avançar na política de concessões e de radicalização verbal: permanecer imóvel seria correr o risco de perder o controle político das classes populares; adotar uma política de repressão que não levasse em conta a necessidade de reproduzir o mito do Estado protetor equivaleria a destruir a sua própria base de sustentação popular. Porém, de outro lado, ao avançar na radicalização do populismo, a burocracia de Estado tinha de medir cuidadosamente os seus passos, pois essa solução, vista do ângulo do segundo objetivo perseguido pela burocracia de Estado, poderia converter-se num problema. Tal solução ameaçava abrir uma fissura profunda entre a

burocracia de Estado e a burguesia industrial, facilitando a tática da burguesia comercial de atrair a indústria para a frente oposicionista.

2) A radicalização do populismo repercutiu na postura do governo Vargas frente ao imperialismo norte-americano.

Em primeiro lugar, o governo tratou de radicalizar o *discurso* nacional-reformista e de tomar algumas medidas de efeito moral, mas sem conseqüências práticas, que simulavam um ataque aos interesses do capital estrangeiro. Vargas procurava, com isso, chantagear o imperialismo norte-americano, em resposta ao rompimento unilateral da Comissão Mista Brasil—Estados Unidos, e obter um impacto positivo junto às classes populares, fazendo-se passar por defensor da independência nacional. Essa nova tática, implementada a partir de junho de 1953, custou ao governo alguns atritos com a burguesia industrial. A FIESP entendia que essas ameaças verbais ao capital estrangeiro, em vez de forçar o imperialismo a colaborar com a política de aceleração do crescimento industrial, poderia, isto sim, enrijecer a postura antiindustrialista do imperialismo norte-americano.

Em 20 de dezembro de 1953, Vargas realizou um pronunciamento público, preparado para produzir grande repercussão, no qual denunciava o “excesso” das remessas de lucro efetuadas pelas firmas estrangeiras instaladas no Brasil. Cerca de quinze dias depois, em janeiro de 1954, assinou um decreto fixando em até 10% a remessa de lucros e dividendos

para o exterior. Tal decreto, além de não tocar na desnacionalização da economia, mas, apenas, na magnitude de um dos efeitos dessa desnacionalização, não se destinava a ser efetivamente aplicado e, na verdade, permaneceu letra morta. O governo não se preocupou em viabilizar o controle das remessas de lucro, já que não regularizou o registro do capital estrangeiro então investido no Brasil. De sua parte, a burguesia industrial, através da FIESP, chegou a protestar contra esse novo comportamento da equipe governamental. De fato, os burocratas, entre os quais se contavam alguns militares, da Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis, animados com a política de radicalização verbal e de chantagem do nacional-reformismo, tinham vindo a público criticar a Ford e a General Motors. A burocracia da Subcomissão tachava essas duas empresas de inimigas da "independência econômica do Brasil", em razão de elas se negarem a abrir filiais para a fabricação de automóveis no Brasil — acusação que poderia parecer paradoxal se esquecêssemos o caráter desse nacionalismo. A FIESP, em seu *Boletim Informativo* de número 218, publicado em dezembro de 1953, apressou-se em tomar a defesa das duas empresas automobilísticas norte-americanas. Protestou, em editorial do seu órgão informativo, contra as críticas apresentadas pelos burocratas da Subcomissão, exigindo "paciência e moderação" da burocracia de Estado.

Porém, em segundo lugar, a nova postura do governo foi um dos fatores que, dentre outras razões,

contribuiu para que ele tomasse uma medida que, efetivamente, vedava o acesso do capital imperialista a um importante setor da economia nacional. O esforço do governo para assumir uma imagem anti-imperialista frente às classes populares foi uma das razões que o levou a encampar a proposta da instituição do monopólio estatal para a extração e para o refino do petróleo. Em outubro de 1953, Getúlio Vargas sancionou a lei que criou a Petrobrás e que instituiu o monopólio estatal do petróleo. Essa medida contemplava as expectativas de setores da burocracia de Estado, mas, uma vez mais, contrariava os interesses da burguesia industrial.

Getúlio Vargas, em 1951, havia enviado ao Congresso um projeto de lei que previa a criação de uma empresa de capital misto para a exploração do petróleo. Esse projeto deixava aberta a possibilidade de o capital estrangeiro investir na exploração do petróleo existente no território brasileiro. O projeto de Vargas representava uma proposta de se concentrar enorme massa de investimentos públicos num setor primordial para o prosseguimento do processo de industrialização. Ele contava com o apoio da burguesia industrial e era combatido pelo imperialismo e pela burguesia compradora.

Havia contudo, um outro tipo de oposição ao projeto do governo: a oposição nacionalista dirigida por um setor da burocracia de Estado. Um setor da cúpula das Forças Armadas, apoiado na mobilização de uma fração da classe média — estudantes, jornalistas, técnicos etc. —, dirigia a campanha "o pe-

tróleo é nosso”, reivindicando a instituição do monopólio estatal do petróleo e combatendo o projeto do governo. Esse setor das Forças Armadas era movido por preocupações de ordem militar, referentes ao fortalecimento e à autonomia operacional das Forças Armadas. Posteriormente, na última fase da campanha do petróleo, o Partido Comunista do Brasil aderiu à luta pelo monopólio estatal do petróleo. Porém, os militares mantiveram a hegemonia da campanha do petróleo mesmo depois da adesão dos comunistas. O objetivo único e exclusivo da campanha continuou sendo apenas aquilo que interessava aos militares: a estatização pura e simples — não era colocada a questão do controle popular — de apenas um setor da economia — não se apontava para a necessidade de se nacionalizar o conjunto da economia do país. A campanha permaneceu, portanto, nos marcos do nacional-reformismo e manteve a sua base de massa circunscrita à classe média. O campesinato prosseguiu completa e sistematicamente excluído da luta do petróleo e o proletariado incorporou-se a ela apenas de forma marginal e ocasional. Os cargos de direção do organismo que centralizava a campanha do petróleo, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), continuaram sendo ocupados, em sua quase totalidade, por oficiais do Exército. Em 1952, no auge da campanha do petróleo e com os comunistas já participando ativamente nela, os cinco diretores do CEDPEN eram, todos eles, generais.

O leitor saberá identificar na campanha do pe-

tróleo todos os elementos da política e da ideologia populistas, articulados, nesse caso, com aspirações reformistas de um setor da classe média. O que queremos destacar é o fato de que, se a criação da Petrobrás, em regime de monopólio, representou uma vitória da burocracia militar, ela criou, de outro lado, um outro motivo de atrito dos industriais com a política do governo. De fato, a burguesia industrial não aceitava a proposta do monopólio estatal para a extração e para o refino do petróleo. A Reunião Plenária da Indústria, realizada em São Paulo em maio de 1953, condenou o monopólio estatal em nome da liberdade de empresa. Mesmo depois de ter sido criada a Petrobrás, a FIESP voltou a apresentar, em janeiro de 1954, críticas e reservas à solução nacionalista que fora adotada para o problema do petróleo (*Boletim Informativo*, nº 223). É certo que a burguesia industrial não sustentou, como o fizeram o imperialismo e a burguesia compradora, uma oposição intransigente e sistemática ao monopólio estatal do petróleo. Afinal, com a criação da Petrobrás estava colocado em pé um grande empreendimento de caráter industrialista. Mas a solução dada ao problema do petróleo mostra que Vargas não agia em nome da burguesia industrial nacional e aponta, uma vez mais, para os conflitos que a radicalização do populismo criava entre o governo e a indústria.

3) Mas onde o governo concentrou a sua estratégia de radicalização do populismo foi na área da política social. Isso porque ele deveria responder, primordialmente, à luta que, efetivamente, assumia

um caráter de massa naquela conjuntura, que era a luta reivindicatória — salários, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade etc. E foi exatamente a nova política social do governo que acabou por incompatibilizá-lo com a burguesia industrial.

A estratégia de radicalização do populismo compreendia, como dissemos, algumas concessões aos trabalhadores. Em um artigo denominado “La grève est un combat”, publicado na revista *Le Mouvement Syndical Mondial*, exemplar da primeira quinzena do mês de outubro de 1953, o dirigente comunista João Amazonas enumerou algumas das concessões que o governo, sob o impacto da greve dos 300 mil, passara a fazer a diferentes categorias de trabalhadores. Bastara a ameaça de greve para que os ferroviários da Leopoldina e da Santos-Jundiaí obtivessem o atendimento de suas reivindicações. Com os doqueiros de Santos passou-se algo semelhante. Já os doqueiros do Rio de Janeiro, que haviam entrado em greve antes da greve dos 300 mil e que vinham, até então, defrontando-se com a posição inflexível do governo nas negociações, viram, de repente, o governo mudar de comportamento e ceder.

Essas concessões, porém, não representavam medidas de defesa passiva, um recuo puro e simples em função da nova correlação de forças que a greve dos 300 mil começara a estabelecer. O governo utilizava-as, na verdade, como expediente tático para simular solidariedade com a luta reivindicatória dos trabalhadores. No dia 15 de junho de 1953, dia em

que Goulart assumiu o Ministério do Trabalho, tivera início uma greve nacional de 100 mil marítimos que paralisou os portos, estaleiros e navios mercantes de todo o país. Dois dias após o término dessa greve, João Goulart compareceu pessoalmente, no dia 29 de junho, à sede do sindicato oficial dos operários navais. Nessa ocasião, na qualidade de Ministro do Trabalho, proferiu um discurso elogiando a “unidade demonstrada na greve dos marítimos, unidade tão indispensável ao desenvolvimento do sindicalismo brasileiro”. O leitor não deve perder de vista a função ideológica dessa súbita declaração de simpatia do governo para com a luta popular. Dois meses depois dessa declaração, quando os marítimos tentaram realizar uma segunda greve nacional, Goulart desencadeou uma repressão brutal contra os trabalhadores e conseguiu impedir a realização do movimento. Teve o cuidado, apenas, para resguardar a sua imagem de “defensor dos pequeninos”, de tirar uma licença temporária e providencial do Ministério, desaparecendo de circulação durante o período em que as forças policiais agiam contra os trabalhadores.

Mas, além da pressão reivindicatória, surgiam indícios de que alguns setores da classe operária esboçavam um rompimento com a ideologia populista. Uma das manifestações da ideologia populista no seio das classes populares é o apego ao sindicato oficial, ou de Estado. As classes populares aceitam o sindicato de Estado por entenderem que o Estado, concebido como uma entidade protetora, deve-se incumbir de organizar os trabalhadores em sindicatos.

Dessa forma, esperam que o Estado assegure a unidade do movimento sindical, mantendo a unicidade sindical (sindicato único imposto por lei), e forneça ao sindicalismo os meios materiais para a sua sobrevivência, através da arrecadação, centralização e distribuição do imposto sindical. Daí o medo da liberdade de organização sindical, expresso na rejeição do *direito* ao irrestrito pluralismo sindical, e a defesa do imposto sindical, com base no argumento de que os trabalhadores são incapazes de manter financeiramente, pela sua própria iniciativa, os sindicatos, necessitando, então, do socorro providencial da entidade protetora dos "pobres" que seria o Estado.

Pois bem, especialmente alguns *setores proletários* tomaram, na conjuntura de 1953-1954, algumas iniciativas que podiam indicar às demais classes populares que o sindicato deveria ser organizado pelas próprias classes trabalhadoras, dispensando o reconhecimento legal (oficialização) do Estado. De fato, tanto a greve dos 300 mil operários paulistas, quanto a greve nacional dos 100 mil marítimos, que teve nos *operários* dos estaleiros navais a sua principal força, foram preparadas e dirigidas *fora* dos sindicatos oficiais dessas categorias. Os operários criaram, sob a orientação do Partido Comunista do Brasil, centenas de comissões de empresa e organizaram uma imprensa sindical independente do sindicato oficial para centralizar esse trabalho de organização nas bases. João Amazonas, no artigo já citado, afirma que, apenas nas fábricas da cidade de São Paulo, foram criadas 500 comissões de empresa

no decorrer dos meses que antecederam a greve dos 300 mil. Dennis L. Barsted, em seu livro sobre a greve nacional dos marítimos, mostra que o jornal *Orla Marítima*, mantido pelos trabalhadores que se organizavam fora dos sindicatos oficiais do setor e sob a direção dos comunistas, tirava, regularmente, 10 mil exemplares por edição. Foi, portanto, com base nesse *sindicato livre* (os populistas de hoje em dia prefeririam usar o termo pejorativo de "sindicato paralelo") que os operários organizaram os dois movimentos grevistas mais importantes daquela conjuntura.

O governo tinha de abortar, a todo custo, esse *esboço* de rompimento com a ideologia populista. Mas ele não podia, simplesmente, reprimir a iniciativa sindical independente das massas. A radicalização do populismo visava sufocar o movimento de massa de uma maneira específica: de maneira a recompor a base de sustentação da política populista do governo. Desse modo, o governo irá combinar a repressão de caráter exemplar contra essas iniciativas populares que fugiam do controle da política populista com a premiação dos setores populares que se mantinham submissos ao sindicato de Estado. Concretamente, Goulart tratou de expandir, fortalecer e prestigiar o sindicato oficial: aparelho cuja função fundamental e geral é a de permitir o controle político do Estado burguês sobre a luta sindical das massas e que, nas condições particulares do bloco no poder vigente até 1964, servia, ademais, como instrumento de ligação orgânica entre a força social

dirigente da política populista, a burocracia de Estado, e os setores populares penetrados pela ideologia populista pequeno-burguesa. No seu discurso de posse no Ministério do Trabalho, Goulart conclamou "o proletariado (a se unir) através das células vivas e palpitantes do seu organismo que são os sindicatos". Ele se referia, é claro, aos sindicatos oficiais. Em seguida, Goulart deu início à organização de sindicatos oficiais no campo, abrindo uma nova frente de luta pelo controle-integração política das classes populares. Tratou de garantir a participação dos dirigentes dos sindicatos oficiais na comissão que estudava o reajuste do salário mínimo e tentou, nesse caso sem sucesso, atribuir aos sindicatos oficiais a função de fiscalizar a aplicação de certas medidas governamentais, como o tabelamento de preços.

Se esquecêssemos o caráter e as funções do sindicato de Estado e a atividade sindical independente que os operários começavam a empreender, essas iniciativas de Goulart poderiam parecer vantajosas para os trabalhadores. De resto, até os dias de hoje, a maioria das correntes sindicais, ainda saudosas dos governos populistas, lutam, exatamente, para obter aquilo que Goulart dispunha-se a fazer na conjuntura de 1953-1954. Mas o conteúdo da política de Goulart era apenas um: fortalecer o sindicato de Estado, recompor e fortalecer o populismo e abortar a iniciativa independente das massas.

4) Quais eram as possibilidades de o governo obter sucesso na sua tentativa de recompor a sua base social através da radicalização do populismo?

No plano tático, as dificuldades que o governo enfrentava eram muito grandes. A pressão reivindicatória das classes populares vinha crescendo desde a greve dos 300 mil. Nós já nos referimos ao fato de que, apenas dois meses após a greve operária de São Paulo, os marítimos haviam sustentado a primeira greve nacional do setor. E essas duas grandes greves do ano de 1953 não constituíam um fato isolado. Segundo os dados apresentados pela revista *Le Mouvement Syndical Mondial*, em seus exemplares de março de 1953, de abril de 1954 e de março de 1955, o número de trabalhadores grevistas, que não ultrapassara a casa dos 300 mil no decorrer do ano de 1951, salta para 800 mil no ano de 1953. Em 1954, essa tendência acentua-se, pois, apenas de janeiro a outubro desse ano, entraram em greve nada menos que um milhão e 600 mil trabalhadores, isto é, exatamente o dobro do número de grevistas de todo o ano anterior.

Além do ascenso da luta grevista, o governo defrontava-se com a oposição do Partido Comunista do Brasil e de inúmeras diretorias de sindicatos oficiais que, principalmente quando se encontravam sob a influência dos comunistas, negavam-se a colaborar com o governo Vargas e com seu Ministro do Trabalho. Esses setores tentavam desmascarar a nova política que o governo adotara após a greve dos 300 mil. É bastante ilustrativo, nesse sentido, o editorial do exemplar de número 50, publicado em agosto de 1953, do órgão sindical *Folha Bancária*: "Não conseguindo êxito pela violência, vem agora o go-

verno mudando de tática. Procura cercear os direitos dos sindicatos, especialmente os mais ativos e mais fortes, (cercando-os) de um ambiente de camaradagem, de convites constantes para a participação em almoços, em reuniões e até acenando com a entrega de alguns postos aos mesmos. À primeira vista, parece que a política governamental em relação aos trabalhadores modificou-se radicalmente. Porém, se há algum dirigente sindical iludido pela nova política do governo, que atente para as leis em trânsito pela Câmara dos Deputados e no Senado e verifique se elas correspondem às nossas necessidades”.

A pressão e a insatisfação popular forçavam o governo a avançar, perigosamente, na sua política de concessões, de radicalização verbal e de estímulo à atividade sindical no interior dos sindicatos oficiais. Colocava-o no limite além do qual as suas contradições com a burguesia industrial poderiam atingir um ponto de ruptura. Porém, apesar dessa enorme dificuldade no plano tático, a política de radicalização do populismo dispunha, contudo, de um importante trunfo frente às classes populares. É que, embora o movimento popular tenha-se mostrado capaz de provocar, com a sua luta reivindicatória, a crise da política populista do governo Vargas, nem por isso ele se mostrava em condições de romper de maneira *massiva e aberta* com a ideologia populista. Nós não devemos sobrestimar a atividade sindical independente dos operários à qual nos referimos no item anterior. Em primeiro lugar, essa atividade restringia-se, basicamente, aos principais centros operários.

Amplios setores da classe operária e, praticamente, a totalidade da baixa classe média mantinham-se apegados ao sindicato de Estado e, portanto, à ideologia populista pequeno-burguesa. Em segundo lugar, mesmo os organismos sindicais independentes (comissões de empresa e órgãos centralizadores reunidos na imprensa sindical independente) construídos pelos setores mais avançados do proletariado não se proclamavam, explicitamente, como tais. Procuravam, no mais das vezes, conviver com o sindicato de Estado e, se possível, penetrar nele, em vez de se esforçar para esvaziar o sindicato de Estado e destruí-lo. Essa atividade sindical independente não se encontrava, portanto, completamente imune à atração pelo sindicato oficial organizado pelo Estado.

Nós podemos, portanto, afirmar que a crise de 1953-1954 é uma crise da política populista do governo Vargas, mas, não, uma crise geral do populismo, no sentido de que as grandes massas estivessem rompendo com essa ideologia pequeno-burguesa. Na verdade, a tendência dominante no seio das classes populares e, principalmente, nos setores da baixa classe média que, como os bancários, haviam-se decepcionado com a política social do governo Vargas, era a tendência a exercer uma oposição populista ao tipo de política populista que era encaminhada pelo governo. Ao nível político-eleitoral, o sintoma mais evidente dessa tendência foi a vitória do até então desconhecido Jânio Quadros sobre o candidato que contava com o apoio do governo na eleição para a prefeitura de São Paulo em março

de 1953. Importa observar, ainda, que mesmo o Partido Comunista do Brasil encontrava-se penetrado pela ideologia populista pequeno-burguesa.

No plano da organização sindical, tanto algumas diretorias que se opunham à política social do governo, quanto os setores dominantes do Partido Comunista, não tinham dúvida de que os sindicatos oficiais correspondiam aos interesses do proletariado e das demais classes trabalhadoras. A crítica que se fazia a esses sindicatos era adjetiva: reivindicava-se, apenas, que o governo ampliasse um pouco mais a margem de liberdade de ação permitida no sindicato de Estado. O mesmo exemplar da *Folha Bancária* que procurava denunciar a “política demagógica” de Goulart, definia nestes termos a autonomia sindical: “De algum tempo para cá vêm os dirigentes sindicais procurando libertar os organismos de classe da tutela ministerialista. Em muitos sindicatos, entre os quais o nosso, a influência ministerialista já não se faz sentir. Nossas relações com o Ministério se mantêm estritamente dentro das exigências legais relativas à parte burocrática nos casos em que é imprescindível a sua interferência”. Ou seja, era imprescindível que o sindicato se mantivesse ligado no plano jurídico e burocrático, e, portanto, político, ao aparelho de Estado. (Observe-se, de passagem, o fato bastante significativo de que, segundo reportagem do número 49 da *Folha Bancária*, a diretoria do Sindicato dos Bancários, em abril de 1953, outorgou a Jânio Quadros o título de presidente de honra do Sindicato dos Bancários.)

No que concerne aos comunistas, podemos citar, a título de ilustração, o balanço que João Amazonas fazia da greve dos 300 mil: “A greve vitoriosa teve por conseqüência um reforço das organizações sindicais operárias. Foi assim que o sindicato dos metalúrgicos (refere-se ao sindicato oficial, ABJ) passou de 27 000 para 36 000 aderentes. Ainda durante a greve, mais de 500 organizações sindicais de empresa foram criadas”. Vale dizer, Amazonas considerava complementares, e não excludentes, as comissões livres de empresa e o sindicato oficial organizado pelo Estado burguês. Quanto a este último, Amazonas não tinha dúvidas: tratar-se-ia de uma “organização sindical operária”, conforme a expressão do trecho citado.

No plano da ação sindical, as ilustrações também poderiam ser numerosas. Várias iniciativas de sindicalistas e de membros do Partido Comunista mostram que o Estado era reconhecido, por esses setores, como o dirigente político do movimento sindical. Era recorrente, por exemplo, o pedido para o Estado intervir nos sindicatos oficiais, de modo a “proteger os trabalhadores” da ação nefasta de diretorias sindicais corruptas. Durante a greve dos marítimos, os trabalhadores, sob orientação do Partido Comunista, passaram a reivindicar do governo que ele interviesse na Federação dos Marítimos e no Sindicato dos Operários Navais para depor a diretoria dessas entidades e dar posse a diretorias compostas por elementos que apoiavam a luta grevista dos trabalhadores. Pedido semelhante foi feito pela corrente

sindical antipelega do sindicato oficial dos hoteleiros de São Paulo (conforme edição de 3 de maio de 1953 do jornal *O Estado de S. Paulo*).

5) O governo contava, então, apesar das dificuldades táticas, com um trunfo importante. A permanência da ideologia populista no seio das massas favorecia-o de duas maneiras. Em primeiro lugar, ela impedia que as massas tomassem o caminho da luta política revolucionária, já que elas esperavam, exatamente, que a iniciativa política partisse do Estado. Na conjuntura que estudamos, o Partido Comunista tentou organizar comitês populares que seriam os organismos de base da Frente Democrática de Libertação Nacional, órgão cuja tarefa seria a de instaurar um poder democrático-popular no país. Apesar do ascenso da luta reivindicatória, as massas ignoraram o apelo dos comunistas; embora não tenham ignorado, como vimos, o apelo da burocracia de Estado para a luta pelo monopólio estatal do petróleo. Em segundo lugar, a permanência da ideologia populista atraía as massas para o sindicato de Estado, o que tornava viável o objetivo do governo de reassumir o controle da luta reivindicatória das classes populares.

Contando com esse trunfo, Goulart tentou o seu lance mais ousado. Conforme nos relata o exemplar de março de 1955 da revista *Le Mouvement Syndical Mondial*, o Partido Comunista vinha dirigindo, em todo o país, uma campanha sindical por um aumento de 100% do salário mínimo. Segundo a fonte citada, apenas na cidade de São Paulo, cerca de 100 mil operários teriam participado de reuniões e de assem-

bléias sindicais no decorrer dessa campanha. Goulart encontrava-se numa situação em que não podia mais recuar. Percebeu que nessa campanha seria decidida a sorte de sua política de radicalização do populismo. Tratou de marginalizar a FIESP da comissão que estudava o aumento do salário mínimo, a mesma comissão na qual ele fizera questão de reservar um assento para os dirigentes dos sindicatos oficiais de trabalhadores. Deixou vazar algumas informações para testar a reação da burguesia e, em fevereiro de 1954, apresentou oficialmente a proposta de um reajuste de 100% no salário mínimo. (Segundo estimativas da ONU, esse aumento encontrava-se 54% acima da inflação acumulada desde o último reajuste do salário mínimo, de dezembro de 1951.) Essa foi a última proposta que Goulart fez como Ministro. O esforço para recuperar o controle do movimento de massa custou-lhe a pasta ministerial. No dia 22 de fevereiro de 1954, sob a pressão uniforme *do conjunto das frações burguesas*, Goulart foi deposto do Ministério do Trabalho.

A BURGUESIA E O IMPERIALISMO UNEM-SE CONTRA O POPULISMO (22 de fevereiro a 24 de agosto de 1954)

Esta terceira e última fase da crise da política populista caracteriza-se por um remanejamento de alianças no interior do bloco no poder. Tal remanejamento é resultado das contradições acumuladas ao longo da fase precedente. Em 22 de fevereiro de 1954, a burguesia industrial consoma o seu rompimento com a política populista e se alia à burguesia comercial e ao imperialismo para combater o governo Vargas. Foi a política de concessões e de temporização que o governo, para recompor a política populista, vinha sendo obrigado a manter frente ao movimento popular que uniu as frações burguesas contra o governo populista de Vargas. Nós podemos, portanto, afirmar que o desfecho da crise de 1953-1954 foi determinado, em última instância, pela con-

tradição que opunha o conjunto da burguesia e o imperialismo às classes populares e, não, pelas contradições existentes no interior das classes dominantes.

Porém, a burguesia comercial e o imperialismo norte-americano foram as forças dirigentes do golpe de 1954, e o governo Café Filho, ainda que não possa ser definido como expressão de uma nova situação de hegemonia plenamente configurada, representa a preponderância da burguesia compradora frente à burguesia industrial. Não é difícil de se compreender essa inversão de posições no interior do bloco no poder. Nós vimos que a política de crescimento industrial acelerado, que caracteriza o governo Vargas no período que antecede à crise de 1953-1954, foi possível graças ao apoio que o governo, através da política populista, obteve junto às classes populares. Vimos, também, que um dos objetivos da política de radicalização do populismo, iniciada após a greve dos 300 mil, era, exatamente, barrar a ofensiva restauradora da burguesia comercial, através da recomposição e da ampliação da base de massa da política de desenvolvimento do governo. Pois bem, a indústria, ao romper com o populismo, liquidou as condições políticas que viabilizavam a política de industrialização, e permitiu que a correlação de forças no interior do bloco no poder se invertesse em benefício da burguesia comercial.

O fato de a burguesia industrial ter rompido com o governo e aderido à oposição dirigida pela burguesia compradora não significa que ela tenha

abandonado a sua luta contra esta última. Porém, a política econômica do governo Café Filho — drástica contenção creditícia apesar dos protestos da burguesia industrial, tentativa de eliminação definitiva do confisco cambial etc. — prova, principalmente quando contrastada com a política econômica vigente no primeiro período do governo Vargas, a impossibilidade de se manter a política de desenvolvimento industrialista sem se recorrer ao populismo. Isto é, prova a incapacidade política da burguesia industrial para instaurar a sua hegemonia política no seio do bloco no poder, assumindo o controle direto do aparelho de Estado.

Esta terceira fase da crise da política populista de 1953-1954 pode ser subdividida em duas etapas distintas. A primeira delas vai da deposição de Goulart, em 22 de fevereiro de 1954, a 1º de maio do mesmo ano. Esta é a etapa na qual o governo vê-se imobilizado pela oposição burguesa. A segunda etapa estende-se de 1º de maio, quando Vargas decreta o reajuste de 100% no salário mínimo, retomando a proposta do seu ex-ministro do Trabalho, a 24 de agosto de 1954. Nesta última etapa, Vargas empreende uma tentativa desesperada e mal sucedida de inverter a situação anterior, procurando antepor à campanha pelo golpe de Estado o prestígio popular do seu governo.

1) A deposição de João Goulart foi o primeiro grande golpe que o conjunto das frações burguesas e o imperialismo desferiram contra a política populista do governo. A campanha pela deposição de Goulart,

um objetivo tático perseguido pelas forças que visavam a deposição do próprio governo, fora iniciada pela burguesia compradora desde o dia em que esse assumira o Ministério do Trabalho em junho de 1953. A burguesia industrial adere à campanha do comércio apenas no início de 1954, quando Goulart torna pública a sua proposta para o reajuste do salário mínimo. A conquista desse novo aliado convence a burguesia comercial de que era chegado o momento de desfechar a ofensiva final para depor o governo Vargas. Vejamos as iniciativas que forçaram a deposição de Goulart, obrigando o governo a efetuar um recuo, temporário, na sua política de radicalização do populismo.

No início do mês de fevereiro, a UDN lançou um "Manifesto à Nação", no qual denunciava supostas atividades subversivas de Goulart junto às classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo, entra em cena o setor entreguista das Forças Armadas, os oficiais ligados à burguesia compradora e que disputavam a hegemonia na instituição militar com os oficiais nacional-reformistas. No dia 8 de fevereiro, os oficiais entreguistas apresentaram ao governo um documento que ficou conhecido pela denominação de "Memorial dos Coronéis". Esse memorial assumia a mesma posição do manifesto da UDN, com a particularidade de atribuir a Goulart a pretensão de "subverter a hierarquia salarial" em prejuízo da classe média. A *Revista Anhembi*, a porta-voz da classe média liberal, saudou, em seu exemplar de número 41, o "Memorial dos Coronéis". Em editorial intitulado

“As Classes Armadas do Brasil”, a *Anhembi* reconheceu no documento dos oficiais a resposta ao apelo que a revista vinha fazendo, desde maio de 1953, para que as Forças Armadas depusessem o governo. Da mesma forma que os coronéis, a *Anhembi* denunciava a proposta de reajuste do salário mínimo defendida por Goulart, tachando-a de inflacionária. Esse fato nos mostra que setores da classe média começavam a sentir na radicalização da política populista uma ameaça de proletarização.

O quadro, então, estava claro: a burguesia comercial antiindustrialista adotara como estratégia para restaurar a sua hegemonia política a deposição do governo através de um golpe militar e procurava criar um clima favorável ao golpe recorrendo à mobilização de sua tradicional aliada, a classe média liberal. Pois foi, precisamente, nesse momento, que a burguesia industrial, em vez de tomar a defesa do governo, integrou-se à campanha pela deposição de Goulart, inviabilizando a estratégia de radicalização do populismo. De fato, a FIESP mobilizou os industriais, e, inclusive, as pequenas indústrias do interior do Estado, contra o Ministro do Trabalho. O título de um editorial do *Boletim Informativo* da FIESP é suficiente para dar ao leitor uma idéia do clima reinante na entidade sindical da indústria: “Arbitrariedade e Ilegalidade na Fixação do Salário Mínimo” (*Boletim Informativo*, nº 224, de 18 de janeiro de 1954).

A burguesia industrial queria derrotar o populismo. Porém, ela se negava a fazer qualquer con-

cessão significativa à sua nova aliada, a burguesia compradora. A burguesia industrial estava sobrestimando a sua própria força. Examinemos esse ponto.

Na reformulação ministerial de junho de 1953, o governo havia substituído Horácio Láfer por Osvaldo Aranha no Ministério da Fazenda. Aranha tinha a incumbência de efetuar algumas concessões à burguesia comercial: um recuo tático do governo para tentar dividir o comércio no momento em que esse havia iniciado a sua ofensiva restauradora. Como parte dessa política governamental, o novo Ministro da Fazenda baixou a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), no mês de outubro de 1953.

A burguesia industrial não aceitou esse recuo do governo. Desde o momento em que fora aprovada a Instrução 70 da SUMOC, a indústria voltou-se contra essa alteração da política cambial. Em primeiro lugar, a indústria denunciava que a Instrução 70, ao combinar o controle político-administrativo das divisas com o chamado leilão das reservas cambiais, vinha permitindo que os importadores dos bens de consumo manufaturados tivessem maior acesso às divisas. Em segundo lugar, a FIESP repudiava a Instrução 70 pelo fato de ela haver desvalorizado o cruzeiro, atendendo, com restrições, a segunda grande reivindicação da burguesia comercial. Essa desvalorização cambial, segundo os cálculos feitos por Paul Singer em seu artigo “A Política das Classes Dominantes”, provocou, no ano de 1953, uma elevação de 13% no preço, em cruzeiros, dos produtos

exportados. A recíproca dessa melhoria nos preços dos produtos exportados pela burguesia comercial era o encarecimento proporcional das máquinas, equipamentos e matérias-primas que a indústria necessitava importar.

Em março de 1954, a FIESP retomou as suas críticas à Instrução 70 da SUMOC (*Boletim Informativo*, nº 234). Ora, exatamente nesse mesmo mês a burguesia industrial comemorava, juntamente com o comércio, a deposição de Goulart. Ela pretendia restaurar a política econômica vigente até meados de 1953 e, ao mesmo tempo, impedir a radicalização da política populista. Ocorre que a correlação política de forças impedia a burguesia industrial de atingir, simultaneamente, esses dois objetivos. Em consequência, ela irá acumular derrotas frente ao comércio, como preço necessário de suas vitórias sobre o populismo.

O governo encontrava-se diante de um impasse. Como evitar a sua própria deposição? Efetuar novas concessões à burguesia comercial? Esse caminho não parecia viável. As concessões já feitas haviam produzido o efeito oposto do esperado. De um lado, haviam aumentado as dificuldades do governo junto à indústria. De outro lado, em vez de dividir a burguesia comercial, haviam estimulado a sua escalada. De fato, após a derrubada de João Goulart acumulavam-se as iniciativas visando a deposição do governo. O Senado norte-americano forma uma comissão que, a pretexto de investigar o comércio do café, pressiona para baixo o preço que o café brasileiro vinha ob-

tendo no mercado internacional. Em abril, a UDN tenta depor Vargas através de um *impeachment* e, ainda no mesmo mês, João Neves da Fontoura, com a autoridade que lhe conferia o fato de ter sido Ministro da Justiça de Vargas até 1953, lança o que ele e a grande imprensa entendiam ser uma grave acusação contra Vargas: afirma possuir provas de que o governo vinha tentando articular com os governos da Argentina e do Chile um pacto — o “Pacto ABC” — para se opor aos Estados Unidos. Restabelecer a aliança com a burguesia industrial? Essa opção tampouco parecia factível. Aqui, o obstáculo eram os setores da burocracia de Estado que se negavam a cometer um suicídio político, destruindo a base de massa da política populista. Todos os generais que possuíam tropas sob o seu comando permaneciam fiéis ao governo. Mesmo nas vésperas do golpe de Estado, em 22 de agosto de 1954, quando a oposição conseguiu a assinatura de 19 generais do Exército para um documento que pedia a renúncia de Vargas, nessa relação só se encontrava um general que dispunha de tropas. Todos os demais exerciam funções burocráticas.

Nessas condições, o governo assumiu a única opção que lhe parecia viável. Com o intuito de retomar a iniciativa política, decide ir até o fim na radicalização do populismo iniciada em junho de 1953.

2) No dia 1º de maio, Getúlio Vargas dirige um discurso aos trabalhadores. Lança algumas proclamações ousadas com o intuito de sensibilizar as massas e amedrontar a burguesia (“Hoje vocês (os traba-

lhadores) estão com o governo. Amanhã vocês serão o governo.”) e apresenta o decreto de reajuste de 100% no salário mínimo. Em seguida, reúne-se com os generais do Exército, e não com a FIESP, para explicar que a sua política era benéfica ao capitalismo. “Procuo atender aos justos reclamos do povo, explica Getúlio aos militares, para melhor assegurar a harmonia das classes e o aumento da produção”. Mas, essa, já era uma medida de desespero. Como o presidente poderia justificar o aumento de 100% se ele próprio, apenas um mês antes, havia desautorizado moralmente essa medida ao aceitar o afastamento de Goulart?

Vargas procurava manter a solução populista para a crise em condições bastante desfavoráveis. Do lado do movimento popular, era inviável a repetição do chamado “movimento queremista” (“queremos Vargas”), com o qual ele tentara, no ocaso da ditadura do Estado Novo, evitar a destituição do seu governo. Isso porque, em 1954, à insatisfação das massas, atraídas pela luta reivindicatória do proletariado, somava-se o obstáculo representado pela linha oposicionista do Partido Comunista do Brasil. Os comunistas não se dispuseram, sequer depois da conquista do reajuste de 100%, a colaborar com o governo Vargas. E não se pode reprovar os comunistas por essa atitude. Aqueles que entendem o contrário omitem que a colaboração com o governo populista de Goulart teve, em 1964, um resultado pior do que o desfecho da crise política que estamos estudando. Do lado da burocracia de Estado, o panorama tam-

pouco era alentador. É certo que, em 1954, ao contrário do que ocorreria dez anos mais tarde às vésperas da implantação da ditadura militar, a cúpula das Forças Armadas não se viu confrontada com nenhuma ameaça à hierarquia e à disciplina do Exército burguês. O fato de não ter surgido nenhuma agitação na “base proletária” do Exército — cabos, soldados e marinheiros — permitiu que a grande maioria dos generais permanecesse fiel ao governo. Porém, essa disposição de amplos setores da cúpula do Exército não era de grande valia. A unidade que as frações burguesas vinham consolidando na luta contra a política populista restringia, gradativamente, a capacidade de ação relativamente independente da burocracia de Estado. A sua capitulação era uma simples questão de tempo.

O efeito mais importante das medidas que o presidente anunciou em 1º de maio foi o de ter provocado uma verdadeira rebelião da burguesia contra o governo. Todos os grupos de pressão das diferentes frações burguesas — a FIESP, as Federações da Indústria de outros Estados do país, a Federação das Associações Comerciais do Brasil, as Federações de Comércio de diversos Estados etc. — levantaram-se contra o reajuste de 100%, contra o decreto, também integrado na estratégia de radicalização do populismo, que previa um aumento da contribuição dos empregadores para os Institutos de Previdência e, particularmente, contra a linguagem, considerada “subversiva e ofensiva às classes conservadoras”, utilizada pelo presidente da República no discurso de

1º de maio. Foram impetradas ações judiciais contra as medidas do governo e publicados incontáveis manifestos de repúdio à política governamental nos principais órgãos de imprensa do país. Pela primeira vez esses manifestos eram assinados, conjuntamente, pelos órgãos representativos da burguesia industrial e da burguesia comercial antiindustrialista. A burguesia unira-se, definitivamente, contra a política populista de Vargas.

Desde o momento em que iniciou a sua aproximação com a burguesia comercial para combater o populismo, a indústria sempre procurou resguardar uma posição independente. No final do ano de 1953, o *Boletim Informativo* da FIESP — exemplar de número 214 — transcreveu um discurso que o presidente da entidade dos industriais fizera aos oficiais da Escola Superior de Guerra. Nesse discurso, era defendida a tese de que “a defesa militar do país” dependia da “existência de um parque industrial adequado”. E eram denunciados “certos setores que agitam e insuflam movimentos de opinião pública (...) contra a industrialização do país”. Entre junho e agosto de 1954, quando a deposição de Vargas era iminente, a FIESP veio a público, em três editoriais do seu *Boletim Informativo*, para reafirmar a tese de que a “sobrevivência da nação dependia da industrialização do país”. A burguesia industrial não queria que a sua luta contra o populismo acabasse por se voltar contra os seus próprios interesses. Não queria, mas não pôde evitar que tal acontecesse.

3) Dois episódios espetaculares marcaram os

últimos dezanove dias do governo Vargas e estimularam uma análise distorcida do golpe de Estado de agosto de 1954.

O primeiro episódio ocorreu no dia 5 de agosto. Na cidade do Rio de Janeiro, o dirigente udenista Carlos Lacerda foi vítima de um atentado a tiros. Lacerda saiu ferido do atentado e um acompanhante seu, um major da Aeronáutica ligado ao grupo de oficiais que conspirava contra o governo, foi morto. A UDN e os oficiais a ela ligados conseguiram evidenciar a existência de ligações entre os indivíduos que cometeram o atentado e a guarda pessoal do presidente da República. Serviram-se desse fato para liquidar com o pouco que restava da autoridade governamental. O segundo episódio foi o suicídio de Getúlio Vargas e a apresentação pública do seu “testamento político”, a denominada “Carta Testamento”. Nesse documento, o ex-presidente denunciava ter sido vítima de forças que não admitiam o “regime de proteção do trabalho” (leia-se: o populismo) e a “independência econômica do Brasil” (leia-se: a industrialização capitalista dependente).

Alguns historiadores, como Hélio Silva (1954: *Um Tiro no Coração*) e Thomas Skidmore (*Brasil: de Getúlio a Castello*), atribuem uma importância indevida ao atentado cometido contra Carlos Lacerda. Fornecem uma descrição pormenorizada desse episódio que contrasta com a pobreza de informações que apresentam sobre a luta das classes populares nesse período. Ora, o atentado contra Carlos Lacerda só ocorreu e só pôde ser utilizado como material eficaz

para a agitação política contra o governo em razão da exasperação do conjunto de contradições que produziram a crise política de 1953-1954; e nós vimos que a exacerbação dessas contradições foi provocada, acima de tudo, pelo ascenso da luta reivindicatória das classes populares.

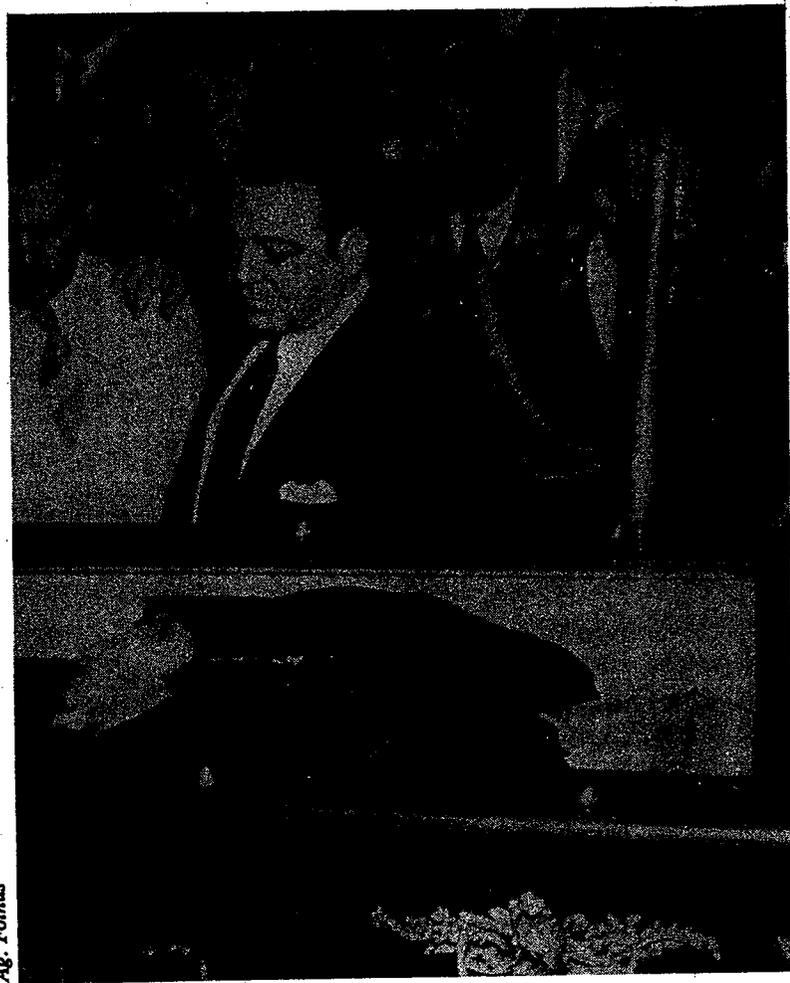
Quanto ao suicídio e à “Carta Testamento”, muitos autores costumam discorrer sobre o “gesto dramático” do ex-presidente e sobre as denúncias contidas naquele documento, ao mesmo tempo que omitem o essencial: o fato de que o suicídio representou uma capitulação sem luta frente às forças golpistas. Esse tipo de apreciação do gesto de Getúlio Vargas surgiu logo após o golpe de Estado de 1954. Tratava-se de uma distorção interessada. De um lado, ela procurava reforçar, através da mitologia criada em torno do suicídio e da “Carta Testamento”, a penetração da ideologia populista no seio das classes trabalhadoras. De outro lado, ela procurava impedir, ao ocultar o fiasco da capitulação sem luta, que as massas populares percebessem que os governos populistas não queriam e nem podiam romper com a burguesia, com o imperialismo e com o latifúndio. Assim, a mistificação do suicídio de Vargas deu a sua modesta contribuição para que, em 1964, amplos setores populares ainda acreditassem, às vésperas da fuga do governo Goulart e da debandada do seu “dispositivo militar”, que um programa de reformas antiimperialistas e antilatifundiárias pudesse ser implementado por um governo populista.



CONCLUSÃO

No início deste ensaio, nós apresentamos o conjunto de cinco questões que iríamos tentar responder ao longo de nossa exposição. Acreditamos que se o leitor retomar as quatro primeiras questões daquele conjunto não encontrará dificuldades para arrolar, uma a uma, as respostas que procuramos oferecer-lhes ao longo dos capítulos precedentes. Nesta conclusão, pretendemos, apenas, retomar a quinta questão que havíamos levantado e que diz respeito ao mecanismo de desenvolvimento da crise da política populista em 1953-1954.

A crise de 1953-1954 resulta da exacerbação do conjunto de contradições no qual se inseria a política populista do governo Vargas. Enumeremos as contradições que produziram efeitos pertinentes no desenvolvimento da crise. Nós temos, em primeiro lugar, a contradição entre as classes populares e o conjunto das forças presentes no bloco no poder. Em



Ag. Folhas

CARTA-TESTAMENTO DEIXADA POR VARGAS NO DIA DE SUA MORTE, EM 24 DE AGOSTO DE 1954

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constantes de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o

povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentirei em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

segundo lugar, as contradições existentes no interior do bloco no poder: contradição entre a burguesia compradora e o imperialismo norte-americano, de um lado, e a burguesia industrial, de outro lado; contradição entre a burguesia e a burocracia de Estado; entre os grandes proprietários de terra e a burguesia compradora e a contradição entre o capital imperialista norte-americano e o capital imperialista europeu. Por último, atuam as contradições existentes no seio das classes populares: a contradição entre, de um lado, o proletariado e a baixa classe média e, de outro lado, a alta classe média liberal; a contradição entre o proletariado que esboça um rompimento com o populismo e a baixa classe média que produz essa ideologia pequeno-burguesa e a contradição entre um setor populista reformista da baixa classe média e outro populista conservador dessa mesma classe social.

Essas contradições são de naturezas distintas e atuam com eficácia desigual e de maneira articulada no desenvolvimento da crise de 1953-1954. A contradição entre as classes populares e as forças presentes no bloco no poder atua como a contradição determinante da crise da política populista do governo Vargas. O seu desenvolvimento desloca a contradição entre a burguesia compradora e a burguesia industrial para um plano secundário e coloca em primeiro plano a contradição existente entre o conjunto da burguesia e a ação relativamente independente da burocracia de Estado. Ou seja, embora não se tenha verificado, em 1954, a prefiguração de uma revolu-

ção popular, o ascenso da luta reivindicatória provoca, graças à crise de hegemonia e à ação da burocracia de Estado, um remanejamento de alianças no interior do bloco no poder que torna a continuidade da política populista do governo impossível.

Num primeiro momento, a ameaça de restauração da hegemonia da burguesia comercial antiindustrialista e a relação particular da burocracia de Estado com senhores das classes populares provocam a reação singular do governo frente ao ascenso da luta reivindicatória das massas. Num segundo momento, após um breve período de oscilação da burguesia industrial, a reação governamental unifica a burguesia contra o governo Vargas, anulando a capacidade de ação relativamente independente da burocracia de Estado. O governo é, então, deposto.

INDICAÇÕES PARA LEITURA

Nós já indicamos, ao longo do texto, todas as fontes primárias pesquisadas para a produção deste ensaio. Os principais livros e artigos de cujas teses nos valem, bem como aqueles com os quais polemizamos, também já foram arrolados. Neste roteiro de leitura só iremos apresentar uma seleção restrita de trabalhos que tratam das principais questões abordadas neste ensaio e que sejam de fácil acesso ao leitor.

- 1) História política do governo Vargas: Thomas Skidmore: *Brasil: de Getúlio a Castello*. 2) Monografias dos principais movimentos grevistas ocorridos durante o governo Vargas: Dennis L. Barsted: *Medição de Forças*; José A. Moisés: *Greve de Massa e Crise Política*. 3) História da relação do governo Vargas com o imperialismo norte-americano: Moniz Bandeira: *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 4) Campanha pelo monopólio estatal do petróleo:

Gabriel Cohn: *Petróleo e Nacionalismo*. 5) O Predomínio do capital comercial sobre os proprietários de terra e a posição antiindustrialista da burguesia comercial: Sérgio Silva: *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 6) A crise de hegemonia e a ação da burocracia de Estado como força social no período 1930-1964: Décio Saes: *Industrialização, Populismo e Classe Média*. 7) A relação de representação da burocracia de Estado com setores das classes populares no período 1930-1964: Virgínio Santa Rosa: *O Sentido do Tenentismo*; Décio Saes: "Classe Média e Política no Brasil: 1930-1964" in Boris Fausto (org.): *O Brasil Republicano*, tomo III, 3º volume. 8) Os tipos de crise do populismo: Décio Saes, trabalhos citados acima. 9) O caráter pequeno-burguês da ideologia populista: Francisco Weffort: "Política de Massas" in F. Weffort: *O Populismo na Política Brasileira*. 10) A permanência da ideologia populista no Brasil atual: Armando Boito Jr.: "A ideologia do Populismo Sindical" in revista *Teoria e Política* n.º 2.



Sobre o Autor

- Armando Boito Jr. é Mestre em Ciência Política pela UNICAMP e um dos editores da revista *Teoria e Política*. Sobre o populismo escreveu:
- *O Populismo em Crise: 1953-1955*, tese de mestrado, UNICAMP, 1976.
 - "A Ideologia do Populismo Sindical" in revista *Teoria e Política* n.º 2, Editora Brasil Debates, 1981.
 - "Arraes: um Antipopulista? Réplica a Francisco de Oliveira" in jornal *Movimento*, n.º 225 de 22 de outubro de 1979.

Caro leitor:

Se você tiver alguma sugestão de novos títulos para as nossas coleções, por favor nos envie. Novas idéias, novos títulos ou mesmo uma "segunda visão" de um já publicado serão sempre bem recebidos.

